



FUNDAÇÃO FLORESTAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
JANEIRO A JUNHO / 2020



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Apresentação



Foto maior: Casa de Pedra, Petar.
Foto menor: Parque Estadual
Marinbo Laje de Santos.

*Capa: Estação Ecológica Caetetus
Foto: Daniel Papa*

Esta publicação tem o objetivo de apresentar os principais resultados obtidos de janeiro a junho de 2020, como forma de dar transparéncia e visibilidade aos trabalhos da Fundação Florestal (FF). Mais ainda, pretende divulgar o que é fazer a gestão de Unidades de Conservação, algo ainda não familiar para parte de nossa sociedade.

A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo é um órgão vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, responsável pela gestão de 102 Unidades de Conservação paulistas.

Unidades de Conservação são áreas naturais protegidas com base na Lei do SNUC - Lei Federal 9.985/2000. O tipo mais conhecido são os parques, mas há outras categorias com diferentes objetivos, conforme poderá ser visto no decorrer deste documento.

Em 2020, a Fundação Florestal iniciou a implantação de seu Planejamento Estratégico 2020-2022, elaborado em dezembro de 2019, que tem como base as Diretrizes do Governo do Estado de São Paulo; o Plano Plurianual (PPA), as diretrizes da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, as prioridades da Diretoria Executiva da Fundação Florestal e as prioridades trazidas pelo gestor de cada Unidade de Conservação, representando assim, as demandas vindas da sociedade das diversas regiões do estado.

Dentre as diretrizes do governo do estado de São Paulo, destacam-se: melhoria da eficiência e aperfeiçoamento da gestão de recursos públicos, transparéncia e controle social, inovação e incorporação de novas tecnologias, participação social e parcerias.

A principal missão da Fundação Florestal é a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na atualidade e para as futuras gerações. Qualidade ambiental é sinônimo de saúde e de qualidade de vida e, cada vez mais, a sociedade vem ganhando essa consciência coletiva. Para cumprir essa missão, temos diversas frentes de ação que, unidas, devem promover a proteção da natureza em seu estado original. Muitas vezes, fazem parte do contexto das unidades o patrimônio histórico e cultural que também é objeto de conservação pela FF. Por fim, o engajamento social e as parcerias são ferramentas fundamentais para alcançar a conservação de todo esse patrimônio.

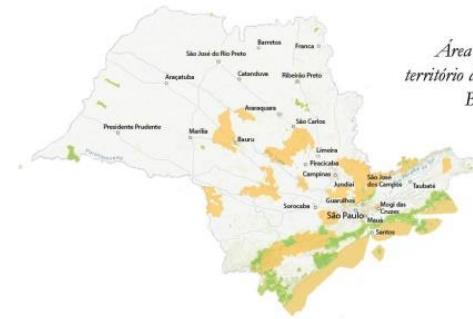
A seguir, serão descritas as principais ações desenvolvidas na Fundação Florestal e os resultados dos trabalhos de janeiro a junho de 2020.



Sumário

Unidades de Conservação.....	6
Importância das Unidades de Conservação no Contexto Atual.....	8
Ações Institucionais Estratégicas	13
Parques-Modelo	14
Concessões de Áreas de Uso Público.....	22
Uso Público	30
Parcerias com a Iniciativa Privada e Terceiro Setor	34
Site de Venda de Ingressos online.....	37
Proteção e Fiscalização	38
Operação Corta-Fogo	40
Projetos de Conservação.....	43
Projetos de Pesquisa	48
Educação Ambiental	49
Projetos de Desenvolvimento Sustentável.....	50
Comunidades Tradicionais.....	52
Ações Estratégicas em APAs Terrestres.....	54
Gestão das APAs Marinhas	56
Conselhos Gestores.....	58
Planos de Manejo	60
Regularização Fundiária	62
Criação de Unidades de Conservação.....	64
Programa Serra do Mar.....	66
Gestão Administrativa e Organizacional	67
Obras de Infraestrutura	68
Geração de Receitas Próprias	70
Despesa Executada.....	70
Execução dos Recursos Aprovados pela CCA.....	70
Mais Proteção, Menos Tesouro.....	72
Comunicação	74
Período de Isolamento Social em Razão da Covid-19	76
Teletrabalho: Entrega de Resultados pelos Monitores.....	78
Fundação Florestal - 2020	82

Unidades de Conservação



102 Unidades de Conservação.
Área total de 4.626.583,77 hectares (ou 14% do território do estado e 50% do mar territorial paulista).
Biotas protegidos: Mata Atlântica, Cerrado e Ecosistemas Costeiros e Marinhas.

■ UCs de Proteção Integral
■ UCs de Uso Sustentável

Unidades de Conservação (UC)	Número	Área total (ha)*
Número total de UC de Proteção Integral	53	925.576,21
Número total de UC de Uso Sustentável	49	3.701.007,56
Número total de UC	102	4.626.583,77
Parques Estaduais	34	813.320,70
Estações Ecológicas	15	103.599,26
Monumentos Naturais	2	6.451,01
Refúgios de Vida Silvestre	2	2.205,24
APA (Área de Proteção Ambiental)	30	2.522.877,60
APAs Marinhas	3	1.138.033,45
Reservas de Desenvolvimento Sustentável	7	18.105,06
Reservas Extrativistas	2	2.790,46
Florestas Estaduais	2	2.316,07
Áreas de Relevante Interesse Ecológico	5	16.884,93

* em hectares, sem excluir sobreposições



Importância das Unidades de Conservação no Contexto Atual

A vida humana na Terra é diretamente dependente dos recursos oferecidos pela natureza. Bastam minutos de reflexão sobre de onde vem a água que bebemos e usamos em nossas atividades pessoais e econômicas, de onde vem nosso alimento, vestimenta ou a energia que usamos em casas, veículos ou fábricas. No dia a dia, mal nos damos conta de que o suporte da nossa sobrevivência é provido, direta ou indiretamente, pelos recursos que a natureza nos oferece.

Quando explorado, o ambiente natural responde com diferentes graus de resiliência (capacidade de responder a perturbações), podendo se recuperar e continuar fornecendo recursos para a manutenção de nossas necessidades ou se degradar a ponto de comprometer a capacidade de prover serviços ambientais. Contudo nós, humanos, passamos a consumir as outras espécies de vida e os recursos naturais de maneira tão acelerada que sua quantidade e capacidade de recuperação não alcançam a demanda dos 7,8 bilhões de habitantes da Terra. O consumo nas taxas atuais nos empurra na direção da escassez e do colapso do funcionamento dos ciclos naturais, como já é caso do clima. Os exemplos já estão no cotidiano em nível global, no Brasil, em São Paulo, na cidade em que vivemos e nas nossas casas: pescadores se deparam com a escassez do pescado, pessoas sofrem com a falta de água,

enchentes e deslizamentos causam desastres, a poluição nos deixa doentes, o consumo de animais e de produtos industriais causa doenças.

Dentre tantos outros, os problemas citados em caráter exemplificativo têm origem na degradação da natureza, provocando sérios danos socioeconômicos. Em decorrência, ações de prevenção e correção vêm implicando vultosas despesas, em especial para os governos, dada sua responsabilidade na garantia do bem-estar social. A solução para tais problemas deve passar pelo zelo da base da cadeia socioeconômica que, como simplificadamente descrito acima, são os recursos naturais. É urgente entender que sem usá-los adequadamente e sem preservá-los, nosso modelo social não voltará a ser sustentável. É nesse contexto que

as Unidades de Conservação (UCs) têm central importância para a manutenção das formas de vida humana e não humana. UCs funcionam como berços da vida e oferecem os chamados “serviços ecossistêmicos”. Nesses espaços territoriais ambientalmente protegidos:

- A água completa seu ciclo e se mantém em qualidade e quantidade, mantendo a capacidade de seguir abastecendo cidades e áreas rurais. No estado de São Paulo, 62% da água utilizada para abastecimento urbano é proveniente de Unidades de Conservação e de suas zonas de amortecimento;
- Plantas e animais se reproduzem, possibilitando seu posterior consumo. Áreas de restrição de pesca, por exemplo, funcionam como local de reprodução de espécies marinhas que posteriormente serão pescados fora de seus limites;
- Animais polinizadores e dispersores de sementes (a exemplo de abelhas, morcegos e aves) têm sua sobrevivência garantida, podendo exercer papel fundamental na agricultura;
- Grandes predadores como onças têm disponibilidade de alimento, diminuindo riscos à segurança de pessoas e ao consumo de animais criados na agropecuária;
- Florestas garantem a contenção de encostas e evitam deslizamentos que causam desastres em regiões urbanas;
- Florestas regulam o clima, absorvem carbono da atmosfera, evaporam água, amenizam altas temperaturas e melhoram a qualidade do ar que respiramos;
- Animais silvestres têm seu habitat garantido e interagem menos com a população, o que evita a disseminação de doenças (a exemplo das gripes suína, aviária e, agora, do Covid-19).

Estes são alguns exemplos da função das Unidades de Conservação que demonstram porque elas são fundamentais para a resiliência da natureza,

Vista aérea da baía dos Castelhanos,
a partir do Parque Estadual Ilhabela
Foto: Joana Fava Cardoso Alves

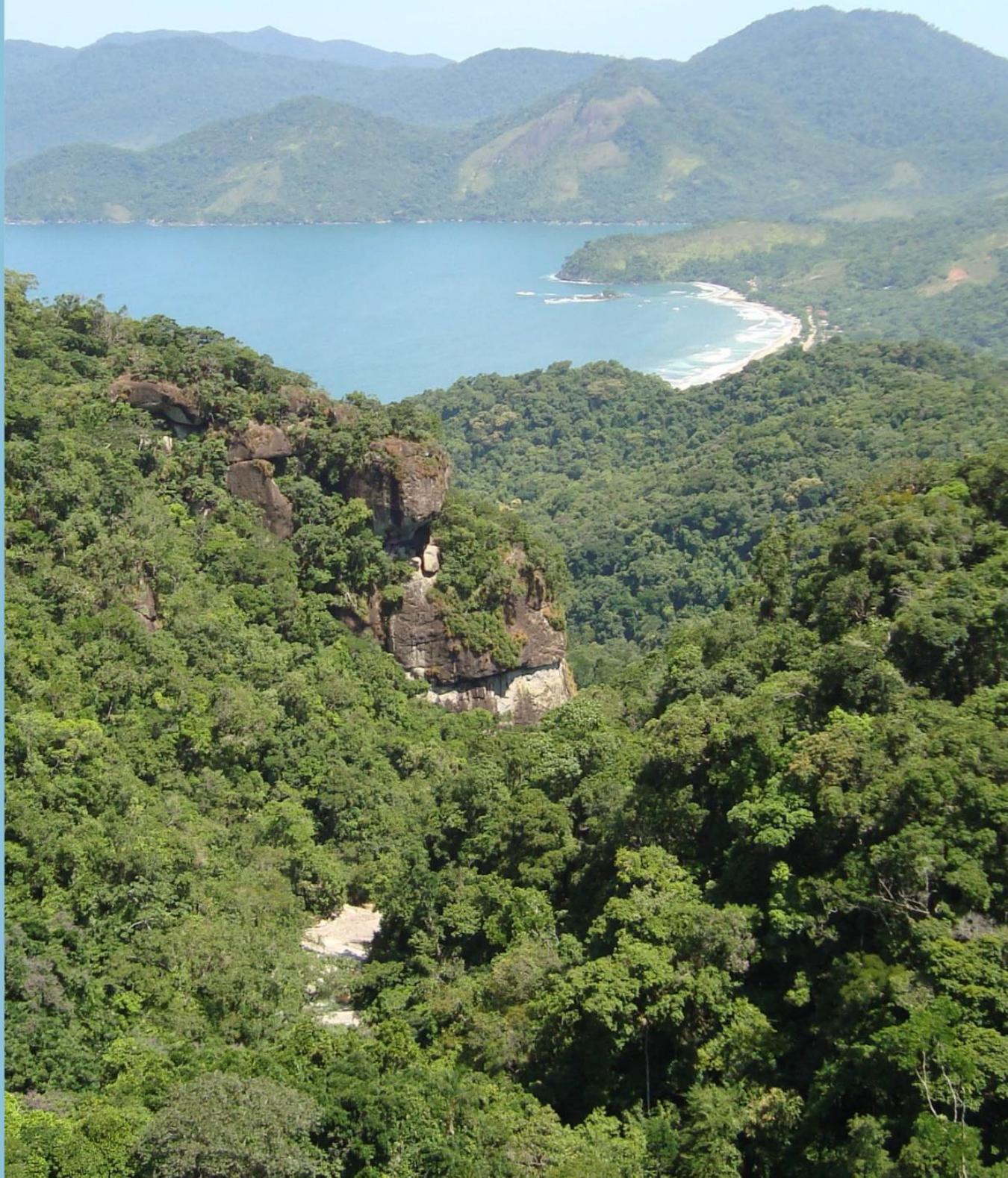




Foto à esquerda: Parque Estadual Ilhabela e APA Marinha Litorânea Norte (Joana Fava Cardoso Alves)

...
necessária para nossa sobrevivência. Diversos países vêm despertando para a necessidade de solucionar os problemas socioeconômicos por meio da correção da forma como a natureza é explorada. É com esta preocupação que surgem acordos e protocolos internacionais, a exemplo da Conferência de Estocolmo de 1972 (marco histórico na agenda ambiental internacional); da Rio 92, que criou as Convenções do Clima, da Desertificação e da Diversidade Biológica (CDB) e que culminou com a Metas de Aichi para o período 2011-2020; do Acordo de Paris, que objetiva a redução de gases de efeitos estufa para o período de 2015 a 2030 e dos 17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte do Plano 2030 da Organização das Nações Unidas.

Atualmente, discute-se o próximo acordo da Diversidade Biológica - Compromissos Pós-2020 dado o encerramento do prazo para cumprimento das Metas de Aichi. Neste cenário, o estado de São Paulo se projeta ao elaborar a Carta de São Paulo, assinada e distribuída no início desse ano a todos os estados brasileiros, por meio de seus secretários de Meio Ambiente, e a fóruns internacionais atuantes na agenda da próxima CDB (que ocorreria na China este ano, não fosse a pandemia), como o Regions 4, Icley e o Secretariado da CDB.

São Paulo é destaque pelos cerca de 14% de seu território e de 50%

de seu mar territorial protegidos por Unidades de Conservação, que perfazem 4,6 milhões de hectares nos ecossistemas de Cerrado, Mata Atlântica e Marinho, o que representa significativa implementação da Meta 11 de Aichi para estes dois últimos ecossistemas. Além disso, São Paulo tem inovado na gestão ambiental agregando tecnologia, otimizando a aplicação de recursos, integrando políticas ambientais com a agenda econômica. Mais ainda, colocou as Unidades de Conservação na agenda de desenvolvimento sustentável. A solução de problemas socioeconômicos por meio da conservação da natureza está sendo incorporada não apenas por governos, mas pelo setor empresarial e exigida por diversos mercados internacionais, nacionais e locais, entre vendedores e consumidores. O mercado já comercializa florestas como cotas de carbono, como área de recarga de aquíferos e como compensação de déficits de reserva legal. Destaca-se que o mecanismo para este último, foi implementado no estado de São Paulo em 2018 e é válido para áreas inseridas nas Unidades de Conservação.

A valorização das UCs como ativo socioambiental e financeiro é estratégia adotada em diversos países. A exemplo disso, Costa Rica e Paquistão colocaram as UCs como ferramentas centrais de retomada do desenvolvimento econômico. Fundos privados internacionais utilizam como critério para investimentos a

gestão integrada do território, que passa pela conservação de bacias hidrográficas e pela criação e manutenção de áreas protegidas. Portanto, ao incluir UCs na agenda do desenvolvimento, São Paulo se alinha a políticas ambientais internacionais inovadoras, destacando-se no cenário brasileiro e, por vezes, no contexto internacional, como governo subnacional nos fóruns de que participa. As Unidades de Conservação não são os únicos, mas são tidas como o melhor instrumento de conservação de recursos naturais e da biodiversidade em seus estados originais. Sua gestão é ação constante, justamente por se tratar da manutenção do estado original da natureza que, quando degradada, dificilmente se recupera no médio prazo, podendo, inclusive, levar milhares ou milhões de anos. Por isso a necessidade da contínua qualificação das estratégias de gestão dessas áreas. O trabalho de gestão das UCs é fundamental na atualidade, mas também objetiva garantir que os recursos naturais estejam disponíveis para as futuras gerações. Conforme apresentado na introdução deste relatório, a Fundação Florestal é o órgão gestor de 102* UCs no estado de São Paulo e, a seguir, serão descritas as principais ações desenvolvidas e os resultados dos trabalhos do primeiro semestre de 2020.



Ações Institucionais Estratégicas

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo início do isolamento social causado pela pandemia do coronavírus, na segunda quinzena de março. A seguir, destacamos ações realizadas em caráter de prioridade pela Fundação Florestal, antes e durante o isolamento social:

- Elaboração de **NOVOS PROJETOS ESTRATÉGICOS** focados na conservação da biodiversidade, envolvendo manejo de espécies exóticas - Controle de Javalis, Monitoramento de Grandes Mamíferos, Restauração de Ecossistemas e Educação ambiental (envolvendo repovoamento de palmeira juçara e implantação de meliponicultura);
- Construção de **PLATAFORMA ONLINE GEORREFERENCIADA** com dados de edificações, trilhas, atrativos, visitação pública, biodiversidade, infraestrutura e saneamento, recursos humanos, frota e de outras informações estratégicas gerenciais sobre as 102 UCs e visando qualificar e agilizar a gestão e a tomada de decisão;
- Contratação de **MODELAGENS ECONÔMICO-FINANCEIRAS** visando concessões e permissões de uso em unidades com maior potencial turístico objetivando a implantação de parcerias com o setor privado e o terceiro setor para a geração de emprego e renda e desoneração do Estado;
- Iniciação de um **PROGRAMA DE PESQUISA** da Fundação Florestal, visando à melhoria da gestão por meio de parceria com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de pesquisas aplicadas;
- Aprimoramento e fortalecimento das ações de **COMBATE A INCÊNDIOS** florestais por meio do Programa Corta-Fogo;
- Inovação em contratos e mecanismos de **VIGILÂNCIA**, monitoramento, fiscalização ambiental, aperfeiçoando-se a gestão e aplicação de recursos públicos e incorporando novas tecnologias;
- Implementação do Office 365 e do Teams como **AMBIENTE ONLINE** oficial e do E-Ambiente, um sistema de tramitação de processos digitais, visando maior eficiência e agilidade na gestão pública por meio de tecnologias;
- Cabe destacar que a implementação das tecnologias acima descritas ocorreu antes do período de isolamento em função do Covid-19 assim como a aquisição em 2019 de equipamentos profissionais para videoconferências. Assim, a Fundação Florestal iniciou o isolamento social já preparada para o trabalho remoto, o que garantiu a continuidade dos processos sem maiores impactos pela mudança da dinâmica e da rotina institucional.

Jequitibá

No mês de março, início do isolamento, a FF adotou ações estratégicas seguindo as diretrizes e decretos do governador no sentido de avaliar os contratos terceirizados, suspender atividades e determinados serviços (como obras e visitação pública) e de manter em execução os serviços essenciais. Para os primeiros 45 dias de isolamento social foram definidos produtos a serem entregues pelas equipes de monitores das Unidades de Conservação (com apoio da sede) que culminaram em:

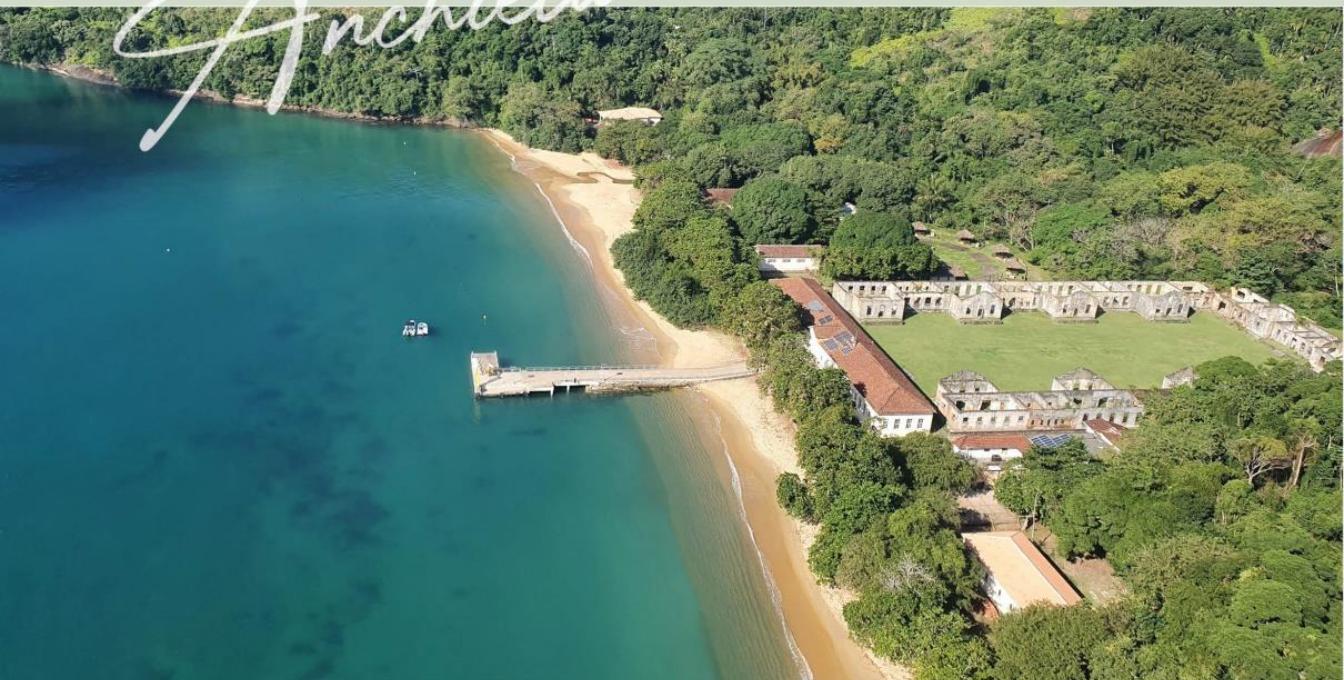
- Estruturação de **130 NOVOS ROTEIROS** ecoturísticos nas UCs para o público visitante;
- Elaboração de **130 PLANOS DE CONTINGÊNCIA E RISCO** visando a segurança do visitante nestes roteiros;
- **GEOESPECIALIZAÇÃO DE ATRATIVOS** naturais para incorporação ao banco de dados da FF e divulgação.
- Atualização sincronizada dos **PLANOS DE FISCALIZAÇÃO** de todas as Unidades de Conservação.

Nas páginas seguintes, abordaremos as ações desenvolvidas neste semestre em cada uma das áreas temáticas estratégicas na FF.

...

Parques-Modelo

Anchieta



Uma das frentes de trabalho prioritárias da Fundação Florestal é a criação de “parques-modelo”, nos quais estão sendo aplicados recursos para revitalização geral visando não só salvaguardar os patrimônios existentes nessas Unidades de Conservação, como também propiciar fomento às parcerias com o setor privado e com o terceiro setor, que poderão operar atividades com expertises específicas e garantir a plena manutenção e sustentabilidade dos investimentos realizados.

Revitalização do Parque Estadual Ilha Anchieta

As obras de revitalização do **Parque Estadual Ilha Anchieta** (litoral norte de São Paulo), atualmente com 80% de execução serão capazes de devolver o funcionamento e usabilidade de mais de dez edificações existentes as quais se encontravam em desuso por falta de manutenções e recuperações de seus componentes. Além da revitalização das edificações, já adequando ambientes para desenvolvimento adequado das atividades propostas, será executada uma usina solar a partir de placas fotovoltaicas que alimentarão 100% dos equipamentos entregues, com apoio de backup de sistema inteligente de gerador a diesel, acionado apenas em casos de baixa demanda de carregamento das baterias, sem que haja nenhum desperdício de geração de energia. Também é de grande relevância ao uso público e à preservação ambiental os investimentos feitos em sistemas de tratamento de esgoto e água, os quais garantem 100% de volume tratado, devolvendo a água ao solo dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Consema, somado à segurança aos visitantes, funcionários e colaboradores na potabilidade garantida à água que alimentará cada edificação. Quando concluída, a obra contará com infraestrutura completa de áreas para funcionamento de

restaurante, lanchonete, hospedarias, centro de visitantes e áreas administrativas.

Em complemento às melhorias de qualidade, segurança e excelência das atividades de uso público, foi realizado e concluído o serviço de demarcação de área de banho nas principais praias da Ilha Anchieta, garantindo que haja pleno atendimento às normas da Marinha, indispensáveis à segurança de banhistas e de embarcações.



Revitalização do Parque Estadual Ilha do Cardoso

Com relação às obras do **PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO** (litoral sul de São Paulo), hoje com 85% de execução, temos um escopo visando a resultados análogos aos descritos na Ilha Anchieta. As intervenções também serão capazes de entregar edificações, antes em desuso, com total capacidade de desenvolverem as atividades de uso público com qualidade coerente à relevância desta Unidade de Conservação, devolvendo ao local a reconhecida tradição de receber grandes grupos escolares em viagens de “estudo do meio”, que tanto con-

tribuem para a formação de jovens, e de pesquisadores de universidades e institutos. As obras também contarão com a entrega de usina solar a partir de placas fotovoltaicas e baterias com sistema de backup inteligente garantindo que seja nulo o desperdício de energia seja ela solar ou a partir do combustível. Especificamente ao PEIC houve importante melhoria com a reforma dos píeres de atração de Cananéia e de chegada à área de uso público do Perequê, os quais estavam em estágio avançado de deterioração e não ofereciam a segurança adequada aos visitantes e funcionários.

No píer do Perequê a extensão de uma grande plataforma flutuante garantirá um desembarque mais confortável e mais seguro independentemente das condições de alturas da maré. A entrega final da obra garantirá reforma total dos alojamentos, restaurante, grande edifício de uso integrado com centro de visitantes e salas multiúso, além de locais de apoio às atividades de pesquisa. Analogamente ao descrito no PEIA, os sistemas de tratamento de esgoto e água serão plenamente adequados à realidade das atividades, fornecendo água para consumo e devolvendo-a ao meio ambiente com a maior qualidade possível.

Intervalles



Revitalização do Parque Estadual Intervalles

Por fim, as obras no **PARQUE ESTADUAL INTERVALLES** (no Vale do Ribeira) são exemplo de intervenções 100% concluídas e entregues de forma definitiva em janeiro de 2020, as quais puderam, antes de tudo, garantir uma Unidade de Conservação com 100% do volume de seus efluentes tratados a partir da instalação de 28 sistemas descentralizados de tratamento e de filtros e fossas sépticas. De maior relevância de intervenção, o projeto entregou nova edificação de apoio às atividades de camping e motorhome, a qual representa uma mudança de proposta



da Fundação Florestal na tipologia de suas edificações. A obra se deu a partir de um sistema de madeira laminada colada, com baixíssima produção de resíduo e consumo energético de produções muito inferiores aos métodos tradicionais. A obra evidencia a priorização de sistemas industriais, reduzindo as demandas e custos com manutenções, além de valer-se de um sistema de madeira capaz de sequestrar mais carbono do que o gerado em suas produções, tornando-a o que chamamos de carbono-negativa. A edificação também pode incorporar sistemas de energia fotovoltaica, aquecimento solar de chuveiros, teto verde e reaproveitamento de águas pluviais, além de

máximo aproveitamento de luz e ventilação natural. Dessa forma, o equipamento, além de suas funções de ambientes, é um grande instrumento de educação ambiental. Em complemento, o projeto entregou a execução de um novo mirante na Trilha das Antas, píer flutuante de contemplação e adequações que garantiram o funcionamento da Pou-sada Lontra.

Pedra do Baú



Obras e melhorias no Monumento Natural Pedra do Baú

O Monumento Natural Estadual Pedra do Baú, com 3.154 hectares, localizado no município de São Bento do Sapucaí (SP) é uma unidade gerida de forma compartilhada pela FF e Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí, por meio de um convênio. A UC foi criada com o objetivo de proteger a biodiversidade, os recursos hídricos e a paisagem, cujo ícone é a Pedra do Baú, que atrai milhares de visitantes todos os anos. O complexo rochoso Pedra do Baú é formado pelo Baú e suas “irmãs” Bauzinho e Ana Chata. O conjunto de rochas é um dos principais atrativos para praticantes de escalada

no Brasil, com diversos graus de complexidade técnica, dificuldade, diferentes extensões e altitudes. Já as trilhas da Ana Chata e do Bauzinho são mais fáceis e atendem a um público menos aventureiro. Do alto da Pedra, é possível ter uma bela vista da Serra da Mantiqueira, na região da divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais. A Pedra em si é tão grandiosa na paisagem que chega a ser visível de diversas localidades do Vale do Paraíba.

No âmbito do convênio, foi realizada a construção de um centro de visitantes em terreno disponibilizado por meio de doação de uma proprietária da região. A nova edificação conta com diversos equipamentos

para melhor atendimento ao público: áreas de recepção, alimentação, posto de informação ao visitante, estacionamento, pórtico, deck com vista para a Mata Atlântica, salas para reuniões, para comércios e outros serviços turísticos. O projeto arquitetônico também foi adequado para atender a normas de acessibilidade.

O novo centro de visitantes do MoNa Pedra do Baú, além de agregar valor para a UC e oferecer melhor atendimento ao público, visa possibilitar parcerias na forma de permissões de uso para a promoção de emprego e renda locais. Pretende-se, por meio da Prefeitura, permissionar espaços para loja de ecoturismo, souvenirs, restaurante e chocolateria.

Ainda no âmbito da parceria, foi elaborado o estudo de capacidade de carga da unidade, que visa à segurança, à melhoria da experiência do visitante e à minimização dos impactos da visita. Foram levantadas as necessidades de intervenções e manutenções, cujos serviços estão sendo executados.

A parceria com o município, somado aos intensos acompanhamentos e participação do Conselho Gestor da UC, possibilitou a publicação de portarias normativas que estabeleceram o uso obrigatório de equipamentos de segurança (tanto para os visitantes que acessam as escadas de forma individual como para os acompanhados por guias ou monitores) e

o limite máximo de pessoas que acessam o local, melhorias estas que significam ganho de qualidade, profissionalização e melhoria da gestão do ecoturismo na região.

Concessões de Áreas de Uso Público

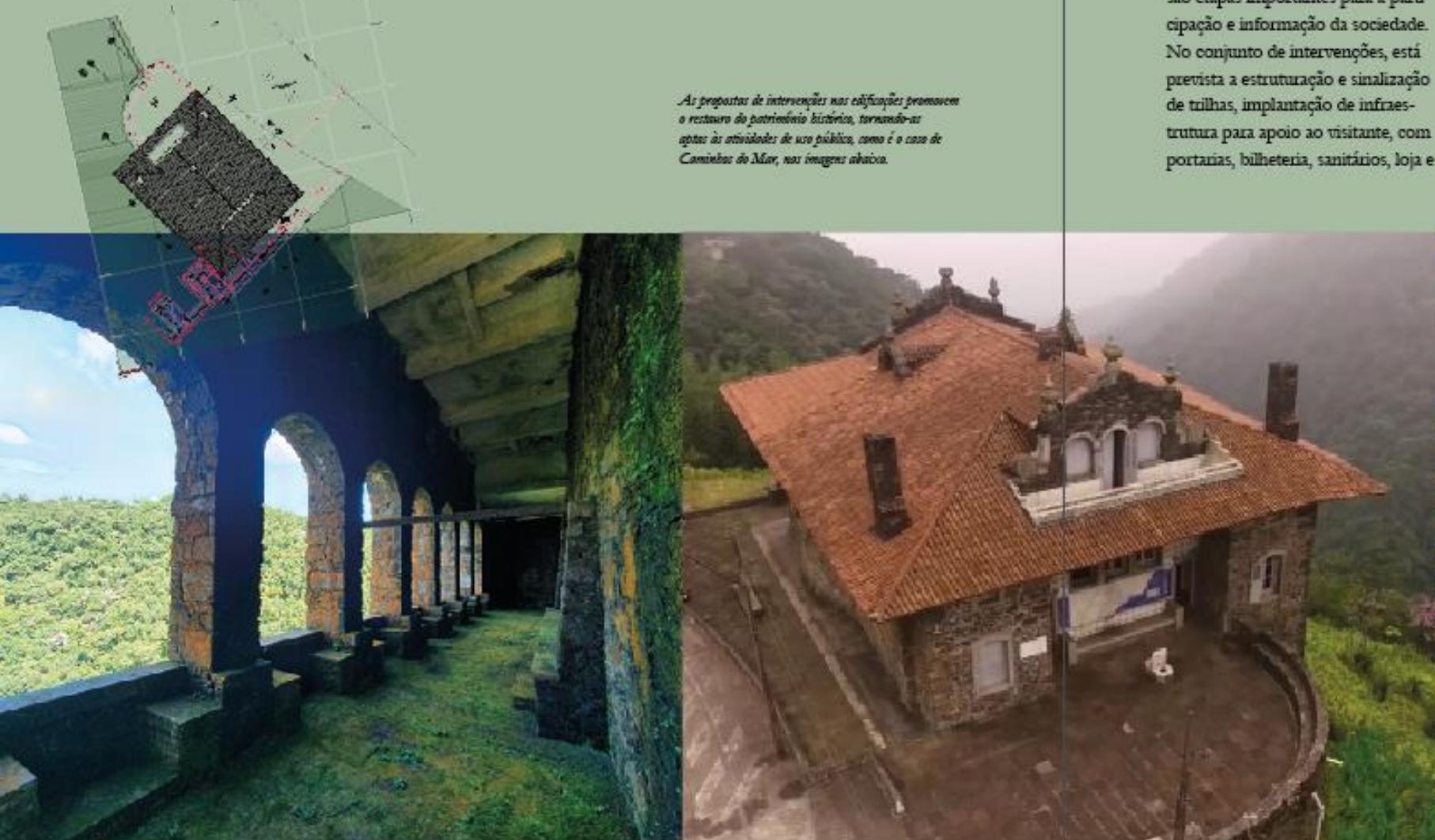
Através da concessão de uso público em Parques Estaduais pretende-se criar destinações turísticas marcantes no estado de São Paulo com a delegação, para a iniciativa privada, das atividades de promoção de investimentos, operação, manutenção e exploração econômica das áreas de visitação. Assim, os estudos e

projetos vêm sendo elaborados com diretrizes de modernização dos ativos e criação de mais atrativos que incrementem a experiência da visitação. Em conjunto, estão medidas de conservação e educação ambiental para turistas e para a população local.

A Fundação Florestal está trabalhando para a concessão de

Caminhos do Mar (PESM Núcleo Itutinga-Pilões), do Parque Estadual Cantareira e dos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales e Petar, os quais constituem o chamado Mosaico Paranaíba. Também acompanha a implantação do primeiro contrato de concessão firmado no Parque Estadual Campos do Jordão.

As propostas de intervenções nas edificações promovem o restauro do patrimônio histórico, tornando-as aptas às atividades de uso público, como é o caso de Caminhos do Mar, nas imagens abaixo.



Projeto de Concessão de Caminhos do Mar

O projeto para concessão no atrativo Caminhos do Mar está em fase final de análise pela PGE antes da publicação do edital. O documento foi submetido ao conselho da unidade e aos processos de consulta e audiência públicas. Também foi avaliado e aprovado pelo Conselho Estatual de Meio Ambiente. Essas são etapas importantes para a participação e informação da sociedade. No conjunto de intervenções, está prevista a estruturação e sinalização de trilhas, implantação de infraestrutura para apoio ao visitante, com portarias, bilheteria, sanitários, loja e

estacionamento, serviços de alimentação, áreas para ciclismo e atividades aquáticas. Será realizado restauro de oito monumentos históricos comemorativos ao centenário da Independência (1922), além da implantação de uma tirolesa. Também são contemplados o monitoramento remoto de toda a área e a implantação de sistema de segurança com plano de gestão de riscos e contingências. O acompanhamento será realizado através de conjunto de indicadores, que possibilitarão a avaliação contínua da gestão da concessão.

Foto Sergio L. Jorge



Projeto de Concessão do Parque Estadual Cantareira

O Parque Estadual Cantareira é um imenso fragmento de Floresta Atlântica nativa localizado em meio a uma das maiores metrópoles do planeta. A região da Cantareira é responsável por garantir o abastecimento de água para milhões de pessoas, para a regulação do clima e para a conservação de espécies silvestres. Além de sua contribuição para a manutenção dos serviços ambientais, o parque oferece opções de lazer em meio a um cenário natural exuberante por meio de diversos atrativos, como a Trilha da Pedra Grande, que permite uma incrível vista da paisagem urbana.

Com o objetivo de otimizar todo esse potencial, a unidade é objeto de estudos para a concessão de suas áreas de uso público em conjunto com o Parque Estadual Alberto Löfgren - Horto Florestal, também utilizado

para o lazer da população da cidade de São Paulo e que está sob responsabilidade do Instituto Florestal. O projeto, em fase de elaboração e de modelagem, prevê o aproveitamento das potencialidades do PE Alberto Löfgren, com características urbanas, para atendimento de escolas, famílias e público geral. Serão implementados serviços de alimentação e estruturas para atividades recreativas. Já no PE Cantareira, a proposta é aproveitar seu potencial para o ecoturismo, criando-se polos de turismo de aventura na cidade de São Paulo, que incluem atividades como arvorismo e uma trilha de 90 quilômetros.

Vista aérea da Trilha Pedra Grande, Parque Estadual Cantareira

Pássaro xexéu (*Cacicus cela*)

Centro de Visitantes, Parque Estadual Cantareira





Projeto de Concessão em parques do Mosaico de Paranapiacaba

Estão em curso os estudos para a concessão de áreas de uso público de três unidades no Mosaico Paranapiacaba: Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales e Petar. O projeto está associado ao programa de governo denominado Vale do Futuro, destinado à região do Vale do Ribeira. Dotado de pouca infraestrutura no que diz respeito à malha rodoviária e outras de interesse público, o Vale do Ribeira é objeto dessa prioridade do governo, que visa ao desenvolvimento da região em uma das áreas mais conservadas do ponto de vista ambiental no estado. São milhares de hectares de Unidades de Conservação que protegem a Mata Atlântica e bacias hidrográficas, sendo que o contínuo florestal também se conecta com o litoral sul de São Paulo, que, por sua vez, protege ecossistemas terrestres, costeiros e lacustres.

As paisagens são exuberantes e a biodiversidade, muito rica. As UCs do Mosaico conservam muitas espécies ameaçadas de extinção.

A título de exemplo, a onça-pintada, espécie brasileira ameaçada, ocorre nessa região, já que precisa de extensos territórios conservados para sobreviver. O programa Vale do Futuro colocou as Unidades de Conservação da região como ativos financeiros que irão gerar novos negócios e promover desenvolvimento socioeconômico com base na natureza, uma iniciativa dotada de visão inovadora. Para isso, pretende-se que os três parques sejam concessionados à iniciativa privada, o que vem sendo estudado e discutido com a sociedade do entorno das UCs, com respeito à autonomia de monitores e operadores de turismo locais que já obtém seu sustento do ecoturismo. A estruturação da proposta inclui a maior trilha de longo percurso do estado de São Paulo, conectando diversas bases e sedes dos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales e Petar. O turismo de aventura também será viabilizado com a exploração das mais belas cavernas, cachoeiras,

e florestas, onde o visitante poderá desfrutar do contato próximo com a natureza e seus encantos, seja pela observação de aves, de primatas e até dos grandes felinos.

O objetivo central da concessão é fomentar a economia por meio do ecoturismo, de forma a despertar a consciência ambiental dos visitantes, internalizando a rica cultura local do Vale do Ribeira e de suas comunidades tradicionais, garantindo que os três parques tenham importante papel de geração de renda aos municípios e à população da região.

Mata Atlântica no Petar
Foto: Emerson Kaseker

Tucano-de-bico-verde
(*Ramphastos dicolorus*)
Foto: Eigi Iwasaki

Caverna Temimina, Petar





Concessão do Parque Estadual Campos do Jordão

A concessão da área de uso público do Parque Estadual Campos do Jordão (473,15 hectares ou 5,67% da área do parque) teve início em abril de 2019 e, desde então, a administração desta área passou para a empresa Urbanes Campos, que opera as atividades de ecoturismo e visitação pública, envolvendo um conjunto de intervenções, melhorias e novos serviços.

A implantação da concessão se deu em etapas, começando pela contratação de equipe e execução de pequenas reformas. Essas obras deram um ganho estético significativo, valorizando as edificações e áreas de lazer e um ganho em segurança ao usuário nos acessos e passeios. Foram executadas instalação de corrimões,

troca de pontes e decks, proteção dos lagos, manutenção do parquinho e melhorias no estacionamento principal. Também foram feitas limpeza das áreas verdes e jardinagem, substituição dos reservatórios de resíduos, troca dos relógios de luz e melhoria no sistema de abastecimento de água. Peças de comunicação visual, tais como flyer informativo e placa diretorio com mapa da unidade foram substituídos.

A empresa firmou novos contratos com os antigos permissionários mantendo os serviços que já eram operados: restaurante, chocolatearia, trenzinho, ecoturismo e loja de artesanato, além de implantar novos serviços: um restaurante novo, passeio virtual de balão, parede de escalada, tirolesa infantil, spa e massagem e fotografias.

A Urbanes também tem sido parceira na execução de ações do Calendário Ambiental, apoiando atividades executadas pela gestão e criando novas atividades e eventos de cunho educativo e comemorativo.

Desde o início da operação da concessão, a gestão do parque ofereceu apoio operacional, especialmente no início dos trabalhos e também incluiu a equipe de funcionários da empresa em cursos de formação e treinamentos. O destaque deste período são os planos apresentados: Gestão de Riscos e Contingências, Pesquisa de Satisfação da Visitação e da Comunidade, Monitoramento de Impactos da Visitação, Segurança e de Intervenções previstas no período de aplicação dos recursos de investimento (Plano de Intervenções).



Uso Público

Contratos de Permissão e Autorização de Uso

Desde 2018, a FF passou a priorizar os Contratos de Permissão ou Autorização de Uso como estratégia de incentivo ao uso público das UCs, de envolvimento social na gestão com geração de renda para as populações locais e de desoneração do estado na prestação de serviços turísticos com melhoria à gestão de atrativos por parceiros privados e do terceiro setor.

Até 2019, cinco UCs tiveram TAUs (Termo de Autorização de Uso) firmados com associações locais: PESM - Núcleo Picinguaba (atrativo Pico do Corcovado), Parque Estadual Restinga de Bertioga (11 trilhas), Parque Estadual Caverna do Diabo (cinco atrativos), Parque Estadual Ilha do Cardoso (cinco atrativos) e, este ano, foram firmados dois novos TAUs.

Foto abaixo, Morro do Corcovado, onde só se permite o acesso com a presença de monitores locais, e, no destaque, representantes da tribo Peguacoty e da Fundação Florestal celebraram a parceria.

No primeiro semestre, foi firmado TAU entre a Fundação Florestal e a aldeia indígena Peguacoty, para a venda de artesanato no Núcleo Sete Barras do Parque Estadual Carlos Botelho, durante o feriado do Carnaval. O parque recebe de três mil a quatro mil visitantes por mês, que tiveram a oportunidade de conhecer o artesanato local, comercializado por seis famílias indígenas beneficiárias do referido TAU, uma experiência positiva como instrumento de geração de renda à aldeia indígena local.

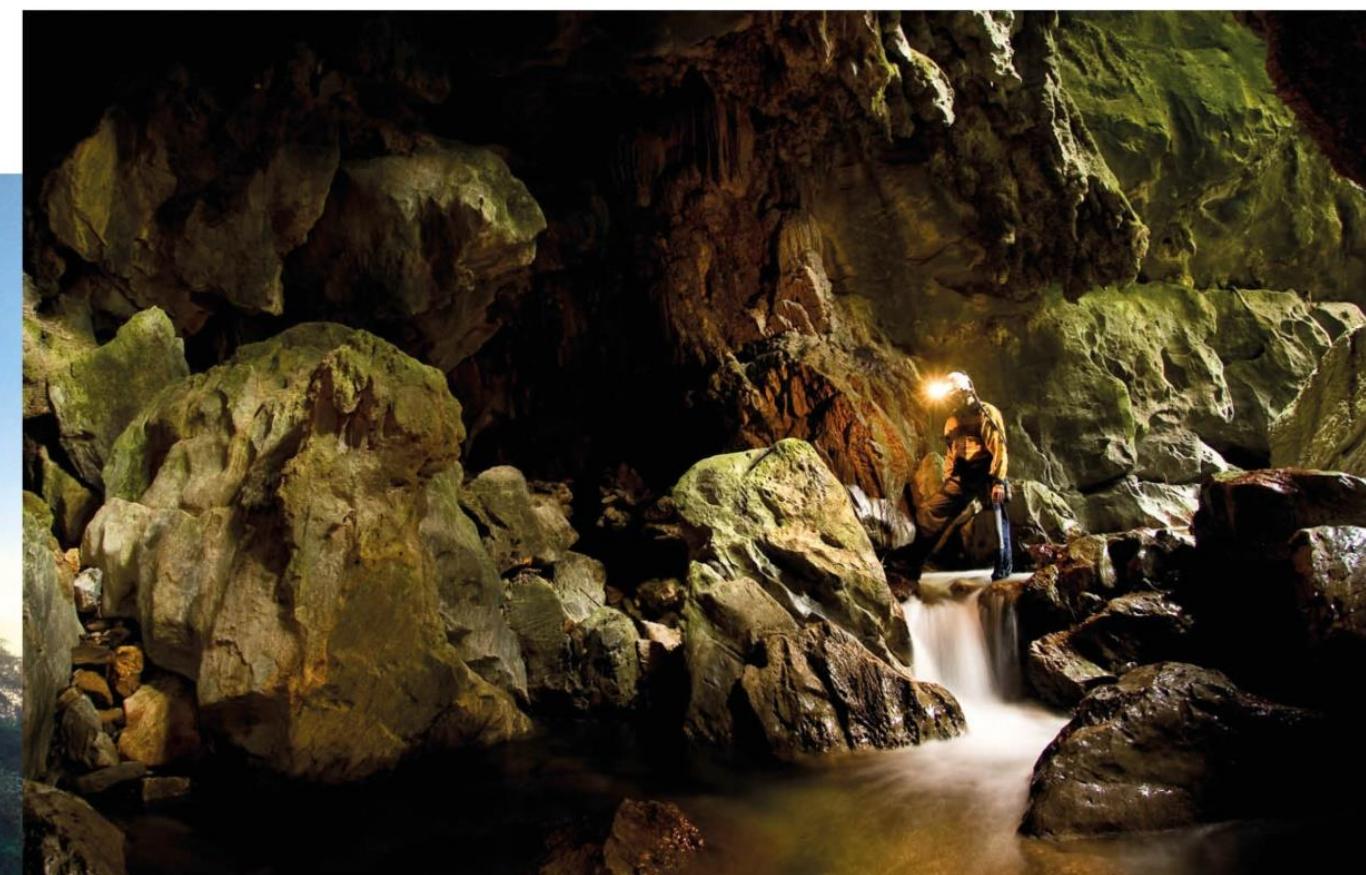
Ainda no primeiro semestre de 2020, foi firmado o sétimo TAU entre a Fundação Florestal e associações

locais de monitores ambientais, neste caso, com o Instituto Lar Terra, para o exercício da monitoria ambiental em sete atrativos do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Padre Dória: Trilha do Balcão, Trilha do Poço Bonito, Trilha Cachoeira do Funil, Trilha do Padre Dória, Trilha da Cachoeira da Pedra Furada e Trilha da Pedra da Boracéia.

Em contrapartida à autorização para a monitoria ambiental na unidade, o instituto deve fazer a manutenção das trilhas, sinalização, limpeza das estruturas de uso público, controle de acesso, dentre outras obrigações previstas no TAU.



Monitores no alto do Pico do Corcovado exibem a bandeira de Ubatuba. Abaixo, monitor da comunidade quilombola na Caverna do Diabo.





Ações Institucionais Estratégicas

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo início do isolamento social causado pela pandemia do coronavírus, na segunda quinzena de março. A seguir, destacamos ações realizadas em caráter de prioridade pela Fundação Florestal, antes e durante o isolamento social:

- Elaboração de **NOVOS PROJETOS ESTRATÉGICOS** focados na conservação da biodiversidade, envolvendo manejo de espécies exóticas - Controle de Javalis, Monitoramento de Grandes Mamíferos, Restauração de Ecossistemas e Educação ambiental (envolvendo repovoamento de palmeira juçara e implantação de meliponicultura);
- Construção de **PLATAFORMA ONLINE GEORREFERENCIADA** com dados de edificações, trilhas, atrativos, visitação pública, biodiversidade, infraestrutura e saneamento, recursos humanos, frota e de outras informações estratégicas gerenciais sobre as 102 UCs e visando qualificar e agilizar a gestão e a tomada de decisão;
- Contratação de **MODELAGENS ECONÔMICO-FINANCEIRAS** visando concessões e permissões de uso em unidades com maior potencial turístico objetivando a implantação de parcerias com o setor privado e o terceiro setor para a geração de emprego e renda e desoneração do Estado;
- Iniciação de um **PROGRAMA DE PESQUISA** da Fundação Florestal, visando à melhoria da gestão por meio de parceria com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de pesquisas aplicadas;
- Aprimoramento e fortalecimento das ações de **COMBATE A INCÊNDIOS** florestais por meio do Programa Corta-Fogo;
- Inovação em contratos e mecanismos de **VIGILÂNCIA**, monitoramento, fiscalização ambiental, aperfeiçoando-se a gestão e aplicação de recursos públicos e incorporando novas tecnologias;
- Implementação do Office 365 e do Teams como **AMBIENTE ONLINE** oficial e do E-Ambiente, um sistema de tramitação de processos digitais, visando maior eficiência e agilidade na gestão pública por meio de tecnologias;
- Cabe destacar que a implementação das tecnologias acima descritas ocorreu antes do período de isolamento em função do Covid-19 assim como a aquisição em 2019 de equipamentos profissionais para videoconferências. Assim, a Fundação Florestal iniciou o isolamento social já preparada para o trabalho remoto, o que garantiu a continuidade dos processos sem maiores impactos pela mudança da dinâmica e da rotina institucional.

Jequitibá

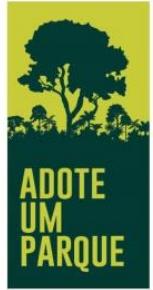
No mês de março, início do isolamento, a FF adotou ações estratégicas seguindo as diretrizes e decretos do governador no sentido de avaliar os contratos terceirizados, suspender atividades e determinados serviços (como obras e visitação pública) e de manter em execução os serviços essenciais. Para os primeiros 45 dias de isolamento social foram definidos produtos a serem entregues pelas equipes de monitores das Unidades de Conservação (com apoio da sede) que culminaram em:

- Estruturação de **130 NOVOS ROTEIROS** ecoturísticos nas UCs para o público visitante;
- Elaboração de **130 PLANOS DE CONTINGÊNCIA E RISCO** visando a segurança do visitante nestes roteiros;
- **GEOESPECIALIZAÇÃO DE ATRATIVOS** naturais para incorporação ao banco de dados da FF e divulgação.
- Atualização sincronizada dos **PLANOS DE FISCALIZAÇÃO** de todas as Unidades de Conservação.

Nas páginas seguintes, abordaremos as ações desenvolvidas neste semestre em cada uma das áreas temáticas estratégicas na FF.

...

Parcerias com a Iniciativa Privada e Terceiro Setor



O mecanismo de firmar parcerias na forma de patrocínios e de doações foi criado no final de 2018, trazendo uma ferramenta fundamental para

que a FF pudesse formalizar e buscar novas parcerias junto ao setor privado e ao terceiro setor. Para tanto, foi publicada a Portaria Normativa 306/2019 que criou o **PROGRAMA DE PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA**, cujo comitê apoia todas as Unidades de Conservação oferecendo suporte técnico para a busca de parceiros, publicação de chamamentos públicos e formalização de termos.

A partir desta regulamentação, as equipes das Unidades de Conservação passaram a ter postura mais pró-ativa no sentido de prospectar parceiros com o devido respaldo jurídico e técnico e, principalmente, conhecendo as contrapartidas que o estado pode oferecer ao parceiro, o que é fundamental para garantir o interesse

do patrocinador ou doador. No primeiro semestre de 2020, foram firmados termos de patrocínio e de doação, cujos objetos vão desde a doação de insumos e equipamentos, até de obras de infraestrutura, manutenção de áreas das UCs e de serviços técnicos especializados

A seguir destacamos os termos firmados até junho de 2020:

- Termo de Doação entre a Fundação Florestal e seis doadores para revitalização do Jardim da Baronesa de Piracicaba e implantação de um “Jardim Conceitual para Abelhas Nativas” na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena).
- Termo de Patrocínio do Jardim Secreto das Orquídeas no PESM Núcleo Padre Dória, para manutenção do jardim de micro-orquí-
- deas.
- Termo de Doação do Jardim Chinês no Parque Estadual do Jaraguá, com doação de um projeto da execução de paisagismo.
- Termo de Doação de serviços de elaboração de Memorial Descritivo com ART do Píer do Saco da Ribeira (administrado pela FF) para regularização junto à Marinha do Brasil, em Ubatuba.
- Termo de doação de serviços de monitoria para o Parque Estadual Carlos Botelho, oferecendo um monitor para dar suporte ao gestor da UC.
- Termo de Doação (Cessão de Uso) de áreas para destinação de carcaças de javalis abatidos, armazenamento de insumos, serviços com maquinário agrícola para abertura de valas, no PE Vassununga em apoio ao Projeto Piloto de Controle do Javali.

Há, ainda, outras 10 propostas de doação sendo trabalhadas junto aos proponentes.

Entrada do Jardim da Baronesa, Jardim Chinês no PE Jaraguá e Pergolado do Jardim da Baronesa, na Feena.



Acessibilidade

A Fundação Florestal firmou importante parceria com a Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em dezembro de 2019 e em 2020 iniciou sua implementação. A parceira tem como prioridade a preparação e capacitação das equipes, principalmente monitores, que trabalham diretamente com o público, a ser realizada por profissionais especializados na área de inclusão de pessoas com deficiência. As capacitações ocorrerão por meio de palestra, treinamento no local e material didático.

Em âmbito municipal, a FF está em fase final da elaboração conjunta de um Protocolo de Intenções. Ressaltamos que, desde outubro de 2019, o Parque Estadual do Jaraguá tem sido a unidade-piloto para o atendimento da pessoa com deficiência, com a realização de eventos e recebimento de grupos e de familiares que tem entre os seus pessoas com deficiência física e/ou mental e transtorno mental.

Comunicação com o público visitante

Ainda, foi realizada a recuperação, inserção e gestão dos principais perfis de Unidades de Conservação no Google Locais e no TripAdvisor com o objetivo de oferecer maior cobertura de ativos digitais e tempo de resposta. Seguem em execução as ações de divulgação de atrativos nas redes sociais Instagram, Facebook e YouTube. No período de quarentena, ressalta-se o uso das ferramentas Teams, Zoom e de redes sociais abertas ao público para comunicação com o público externo, em especial na Semana de Meio Ambiente.



Total de visitantes nas UCS	
Janeiro	112.199
Fevereiro	64.880
Março	30.188 (até 20/03/2020)
Abril	Visitação suspensa*
Maio	Visitação suspensa*
Junho	Visitação suspensa*
Total	177.079

* Covid19. Houve influência do período de isolamento quando os parques permaneceram fechados para visitação pública.

Foto superior: O secretário de estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Peredo, acompanha o percurso da trilha acessível no Parque Estadual Jaraguá, no evento dedicado ao Dia Mundial da Paralisia Cerebral, em 6 de outubro de 2019

Na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a secretária Célia Leão (na imagem em destaque), o subsecretário de estado de Meio Ambiente, Eduardo Trani, e o diretor executivo da Fundação Florestal, Rodrigo Levkovicz (no destaque) em 10 de dezembro de 2019

Site de Venda de Ingressos online

No início de 2020, a FF lançou seu sistema de venda online de ingressos. Até então, o ingresso era adquirido nas portarias dos parques.

A nova plataforma trouxe um salto de qualidade na prestação desse serviço. Agências e operadoras de turismo passaram a ter a possibilidade de agendar antecipadamente os passeios nas UCs, viabilizando a formatação e a venda de pacotes turísticos com os passeios incluídos. Além disso, o visitante comum também passou a poder se programar com antecedência, evitando filas nas portarias.

De outro lado, as equipes das UCs deixaram de manejar valores em espécie (o que aumentou sua segurança e minimizou riscos de furtos e roubos), além de desonrar as equipes com a venda de tickets, que passaram a ser conferidos no controle de acesso e validados em cancelas automáticas.

Além da compra do ingresso, o site permite o agendamento de trilhas, visitas monitoradas, visitas de grupos como escolas e associações, reserva de hospedagem, aluguel de churrasqueiras e também visualizar o nome e o contato de monitores ambientais cadastrados nas unidades.



Para acessar o site de vendas online, digite
<https://ingressosparquespaulistas.com.br/>

Proteção e Fiscalização

Otimização de contratos de vigilância

No primeiro quadrimestre de 2020, foi realizado um amplo trabalho de análise, revisão de contratos, inovação e reestruturação da vigilância nas UCs para a promoção de maior eficiência com economicidade de recursos públicos. Alguns exemplos de mudanças foram:

- Alteração de postos de vigilância por postos de portaria (quando possível, sem prejuízo à segurança),
- Redução do quantitativo de postos remanescentes com reorganização das equipes disponíveis, e

Ações de fiscalização preventivas

Meses	Ações	Ocorrências em UC
JANEIRO	903	57
FEVEREIRO	772	48
MARÇO	671	64
ABRIL	586	76
MAIO	759	127
JUNHO	623	110
TOTAL	4314	482



A frota conta 18 drones, sendo 15 do modelo Phantom 4 Pro e três do modelo Matrice 200, ambos da marca DJI. O Matrice 200 dispõe de câmera termal ZenMuse XT2, que auxilia no monitoramento de incêndios florestais.

Registro dos principais tipos de ocorrência

	Fauna	Flora	Fogo	Invasões	Mineração	Pesca	Resíduos	Outras	Total
JANEIRO	6	17	4	5	1	7	3	10	57
FEVEREIRO	14	5	0	3	0	4	7	5	48
MARÇO	7	19	4	7	0	6	7	13	64
ABRIL	15	21	5	11	2	10	2	5	76
MAIO	21	15	12	2	0	23	17	32	127
JUNHO	29	18	12	4	0	2	36	4	110
TOTAL	92	95	37	32	3	52	72	69	482

Fiscalização por drones

A partir da recente incorporação da tecnologia de drones à fiscalização e monitoramento ambiental, de janeiro a junho foram reportadas 88 operações aéreas, que vêm conferindo qualificação às atividades de proteção e gestão. Também com relação a novas tecnologias, encontra-se em estudo a possibilidade de implantação de seguros de edificações, alarme e sistemas de monitoramento eletrônico, visando à diminuição de gastos.

Manual de fiscalização

Este ano, foi finalizado o Manual de Proteção e Fiscalização Ambiental das UCs do estado de São Paulo. Este importante documento é resultado do Seminário de Capacitação em Proteção e Fiscalização de UCs, promovido pela FF com o apoio do BID. O documento aborda

fundamentos, conceitos e normas legais relativos ao tema e oferece orientações sobre procedimentos administrativos e operacionais, uniformizando as ações e amparando a atuação dos agentes envolvidos nessa missão.

Ainda, foi realizada a revisão de procedimentos e de documentos para registro das ações de fiscalização e de ocorrências a serem inseridos em sistema online de gestão de dados. A revisão de procedimentos administrativos em sistema está na etapa final de desenvolvimento.



Imagens PB: Espécimes da fauna nativa do estado mortos em armadilhas por caçadores.

Abaixo: barco de fiscalização em operação no litoral.



Operação Corta-Fogo

Combate a incêndios florestais

Uma das frentes de ação prioritárias de monitoramento e proteção é a Operação Corta-Fogo.

Nos primeiros meses de 2020, ressaltamos os seguintes trabalhos realizados para o aprimoramento do programa:

- Do ponto de vista estratégico, foram feitos aceiros preventivos nas Unidades de Conservação dos polos regionais do Corta-Fogo, inclusive por proprietários de áreas lindéiras às unidades, após notificação pela Fundação Florestal;
- Foram realizadas manutenções preventivas de estradas internas das UCs visando a agilidade de deslocamento em ações de prevenção ou combate;

OPERAÇÃO CORTA FOGO

Internamente à Fundação Florestal, destacam-se as seguintes ações:

- Atualização do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PPCIF por unidade e por polo regional;
- Produção de vídeo de treinamento operacional para ensino a distância;
- Produção de material de divulgação para sensibilização da sociedade no que se refere à problemática dos incêndios florestais;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para funcionários das UCs;
- Contratação de 28 postos temporários de bombeiros civis;
- Realização de reuniões setoriais de planejamento preventivo junto aos coordenadores dos polos;
- Contratação de horas de voo de avião para combate a incêndios.



Registros de ocorrências

	Ações preparatórias	Ocorrências em UC	Ocorrências em UC / Entorno (ZA)	Pessoas na frente de combate	Total de hectares queimados
JANEIRO	0	4	0	8	5,42
FEVEREIRO	2	1	0	6	2,9
MARÇO	20	0	0	0	0
ABRIL	28	3	1	10	31,13
MAIO	28	22	2	15	20,9
JUNHO	16	6	1	137	40,61
TOTAL	94	36	4	176	100,96

Cabe destacar que a Operação Corta-Fogo tem se mostrado altamente efetiva com relação às ações preventivas e de resposta rápida a incêndios florestais, diminuindo significativamente a área total queimada em Unidades de Conservação ao longo dos últimos anos e, consequentemente, os danos causados à biodiversidade.

Equipes de servidores e de bombeiros civis contratados para aumento de efetivo monitoraram toda a área das UCs garantindo agilidade e efetividade das ações de combate. Destacam-se duas ocorrências de incêndios em junho de 2020 nos Parques Estaduais Jaraguá e Juquery. Ambas as ocorrências foram criminosas, iniciadas por focos de fogo vindo de fora das UC, que tiveram ação potencializada pela vegetação baixa, topografia acidentada, baixa umidade, alta

temperatura e vento, conforme registros dos dias. Na ocorrência no PE Jaraguá, tratou-se de fogo de morro acima, com condições climáticas desfavoráveis e vegetação muito seca. Foi dada boa resposta das equipes da unidade, seguida de acionamento do 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros, Guarda Civil Metropolitana Ambiental de São Paulo, contando aproximadamente 50 combatentes e apoio de dois helicópteros Águia. Com tal esforço, evitou-se que as chamas chegassem a outras áreas do parque estadual. Já o incêndio que afetou o PE Juquery teve início na rodovia próxima à Represa Paiva Castro, em condições climáticas desfavoráveis, fazendo com que as chamas se alastrassem na vegetação seca para dentro do parque estadual. Foi acionado o primeiro combate

das equipes do Juquery, seguido do acionamento das equipes do 5º Grupamento do Corpo de Bombeiros e Defesas Civis dos municípios de Caieiras e Franco da Rocha, contando aproximadamente 60 pessoas, permitindo que as chamas fossem controladas.

Nas duas situações, ressaltamos a rápida resposta e o atendimento por nossas equipes e também por meio de articulação eficaz da Operação Corta-Fogo através dos gestores das unidades e dos órgãos públicos parceiros. Importante citar o aporte de equipamentos e EPIs adequados e suficientes garantindo, assim, total condições de combate e segurança das equipes da FF. As ações coordenadas vêm resultando na significativa diminuição da área queimada, demonstrando alta efetividade da gestão do combate aos focos de incêndio.



Projetos de Conservação



*Na foto maior, fêmea de muriqui e filhote.
(Foto Luciano Candisani). Abaixo, selo do
Projeto Muriqui e grupo participante dos
encontros de janeiro de 2020*

Conservação do muriqui

O muriqui (*Brachyteles arachnoides*) ou muri'ki, em tupi guarani, que significa “povo manso da floresta”, é o maior primata das Américas, chegando a medir 60 centímetros de altura, pesar 15 quilos e viver até 32 anos. Ocorre na Serra do Mar entre os estados de Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais.

O muriqui-do-sul é uma espécie ameaçada de extinção: restam apenas 1200 indivíduos no mundo, segundo o WWF. A fragmentação de florestas é a maior ameaça à sua sobrevivência

e, por isso, as UCs são fundamentais para sua proteção. A FF atua em diversas frentes para a conservação do muriqui de maneira integrada com o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com pesquisadores da academia, incluindo as maiores autoridades da primatologia mundial como os pesquisadores Karen B. Strier e Russel A. Mittermeier.

Destaca-se o monitoramento de primatas na Estação Ecológica Barreiro Rico (local de alta ocorrência da espécies) e o Projeto Muriqui com os



componentes de pesquisa, monitoramento e comunicação social. Ainda, a FF integra projeto de monitoramento de primatas em

execução na Grande Reserva da Mata Atlântica do qual participam outros quatro estados além de São Paulo. Este ano foram realizados três eventos para a conservação dos muriquis e de outros primatas.

Em janeiro, o Seminário sobre Muriquis e outros Primatas na APA São Francisco Xavier em parceria com a prefeitura de São José dos Campos,

promoveu diversas atividades e palestras. O evento contou com a presença de autoridades da área ambiental e da pesquisa com primatas.

Na sequência, realizou-se encontro na ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz - USP) em Piracicaba, com apresentações e discussão sobre estratégias de conservação e visita técnica à APA e Estação Ecológica Barreiro Rico, com o objetivo de localizar as cinco espécies de primatas que ocorrem na região. Esse encontro produziu o Manifesto do Barreiro Rico em defesa da Unidade de Conservação.



Na semana de Meio Ambiente ocorreu a Jornada da Primatologia, um evento virtual aberto ao público, que também contou com palestras, com participação de especialistas no assunto.





Controle de javalis

No primeiro semestre de 2020 foi aprovado junto à Câmara de Compensação Ambiental (CCA) o **Projeto Piloto de Monitoramento e Controle de Javali** no Parque Estadual Vassununga e Estação Ecológica Jataú.

O javali (*Sus scrofa*) é uma espécie exótica invasora, cuja população está em expansão em diversos estados brasileiros. Ele representa riscos ao agronegócio, ao meio ambiente, à saúde e à segurança da população e, por isso, atuando de forma preventiva, a FF implantará este projeto-piloto para monitorar a presença de javalis, bem como testar métodos de controle, promovendo captura, abate e destinação de carcaças. O projeto visa à implementação do

Programa Estadual de Controle de Javalis, desenvolvido pela SIMA (e FF) em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do estado.

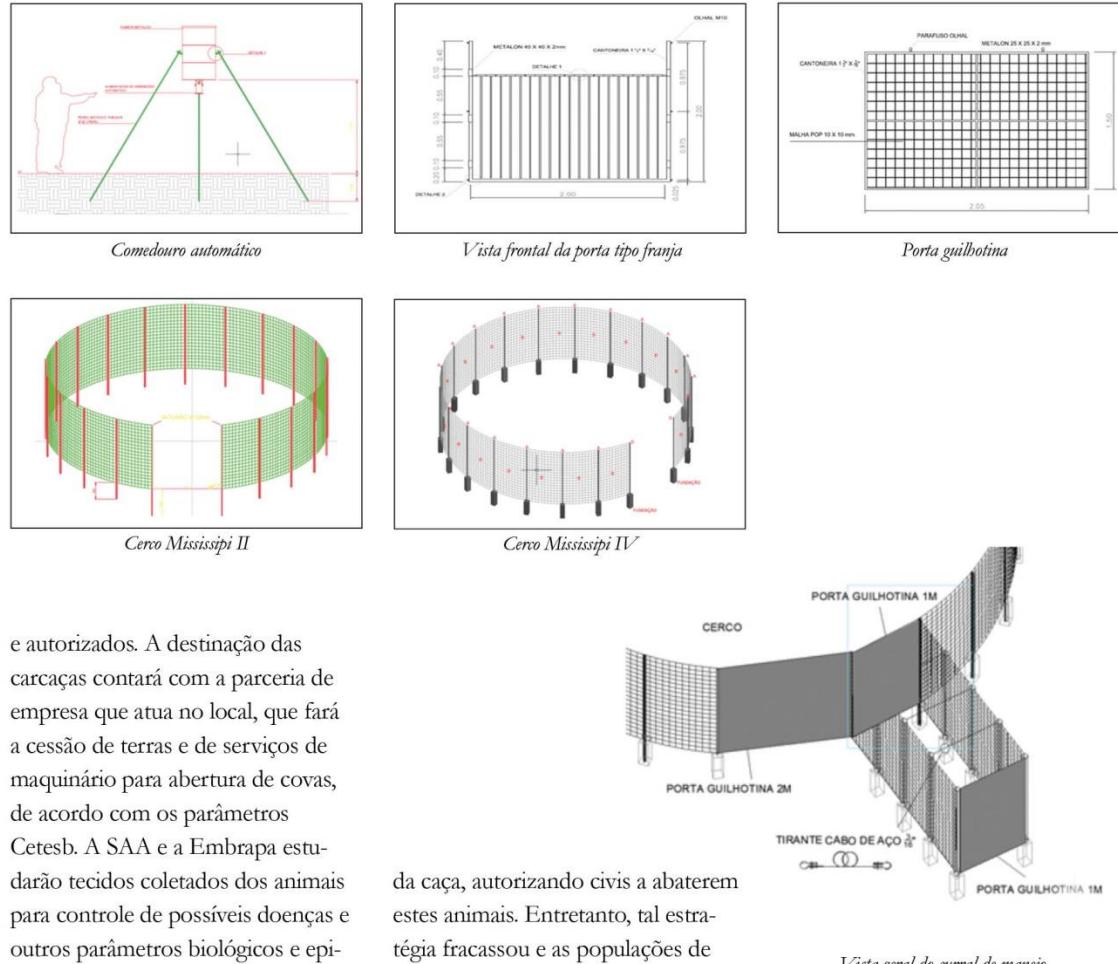
O Projeto-Piloto de Manejo do Javali será implantado no PE Vassununga e na EE Jataú, unidades que apresentaram estudo muito crítico no diagnóstico realizado pela FF em 2019.

A presença dos animais será monitorada por armadilhas fotográficas. Os animais serão cevados com milho e a captura será feita por meio de cercos (ou bretes) de diferentes tipos, que foram projetados pela FF, após ampla pesquisa de referências nacionais (em especial brete do manual do ICMBio) e internacionais (com destaque para o modelo Mississipi).

Os cercos serão metálicos e as diferenças entre os modelos se referem

à quantidade de portas (podendo ter uma ou duas), tipo de porta (modelo guilhotina ou franja) e modo de acionamento (manual ou remoto). O monitoramento visual dos cercos será feito por câmera IP ou câmera trap. Alguns cercos terão fundação de concreto mais robusta e outros apenas fixação metálica. Por fim, um dos cercos contará com um curral de manejo anexo. Todas as variações citadas serão testadas e sua eficiência será comparada durante a execução do piloto. Ressalta-se ainda que os cercos são modulares, facilitando sua montagem, desmontagem, transporte e realocação em função da presença dos animais.

Após capturados, os animais serão abatidos de acordo com as normas vigentes, com armas de fogo adequadas, por abatedores cadastrados



e autorizados. A destinação das carcaças contará com a parceria de empresa que atua no local, que fará a cessão de terras e de serviços de maquinário para abertura de covas, de acordo com os parâmetros Cetesb. A SAA e a Embrapa estudarão tecidos coletados dos animais para controle de possíveis doenças e outros parâmetros biológicos e epidemiológicos.

A parceria da SAA é fundamental para o sucesso do programa, que vai muito além do projeto-piloto. Será necessário que a sociedade atue de forma ampla no controle desta espécie invasora e para isso, estuda-se a inserção do javali na cadeia de consumo, agregando valor e interesse do setor de produção de alimento. Importante destacar que diversos países apostaram no controle por meio

da caça, autorizando civis a abaterem estes animais. Entretanto, tal estratégia fracassou e as populações de javali não diminuíram e até aumentaram. Neste sentido, após ampla pesquisa, SIMA e SAA avançam no teste de bretes e na política estadual de controle da espécie.

Por fim, o projeto piloto da FF atuará na área de comunicação e divulgação, sendo que os bretes poderão ser visitados por proprietários e trabalhadores rurais e informações sobre a espécie e o projeto serão divulgadas em todo o estado.

*Imagens acima:
Os cercos são modulares, de fácil montagem e desmontagem. Por isso, podem ser transportados e utilizados em outros locais*

Monitoramento de grandes mamíferos

Igualmente, foi elaborado e aprovado junto à CCA, o **Projeto Piloto de Monitoramento de Grandes Mamíferos**, a ser executado no PESM Núcleos Itariu e Curucutu, na EE Juréia-Itatins e no PE Morro do Diabo.

O piloto será executado objetivando a criação do programa de monitoramento da biodiversidade da FF, que começará pelos grandes mamíferos (mastofauna). Para tanto, houve ampla pesquisa de métodos focados nesse grupo de fauna e em UCs, já que o objetivo do monitoramento pela FF, diferentemente da pesquisa acadêmica, é de gerar dados que possam subsidiar a tomada de decisão de gestão.

Reuniões permanentes com o ICM-Bio (que já está implantando o Programa Monitora) foram importantes para o desenho do método, além da contribuição de pesquisadores acadêmicos e de especialistas, presentes ao chamamento público da FF que contou quase 60 pessoas. O monitoramento será executado com armadilhas fotográficas, com foco em espécies estratégicas: onça-pintada, onça-parda, anta e queixada. Outras espécies que aparecerem nas fotos também serão objeto de estudo. Além de imagens, serão registrados metadados, tais como coordenadas geográficas, condições climáticas, data, hora, características do ambiente, presença de vestígios,

entre outros, informações estas que serão processadas e analisadas. O sucesso do piloto depende de seu componente de capacitação, já que para a ampliação do monitoramento para outras UCs com baixo custo, depende da incorporação das técnicas e conhecimentos pela equipe da FF. Assim, pretende-se ganhar autonomia e ampliar o monitoramento sem a necessidade de novas contratações. Os dados gerados subsidiarão tomadas de decisão, a exemplo do direcionamento de ações de fiscalização ambiental, uso público, pesquisa, além de sensibilização da sociedade para a conservação da fauna silvestre e da natureza.



Palmeira-juçara

Está em elaboração o **Projeto-Piloto de Repovoamento de Juçara** (*Euterpe edulis*), que serve de alimento para mais de 68 espécies, entre aves e mamíferos, desempenhando, portanto, importante função ecológica na cadeia alimentar, no processo de sucessão do ecossistema florestal e na manutenção da Mata Atlântica. Por conta da extração ilegal do palmito da juçara, sua população está em declínio e, por isso, a FF pretende repovoar 24 hectares divididos entre os Parques Estaduais Carlos Botelho e Nascentes do Paranapanema. Uma aeronave agrícola lançará 1.200 quilos de sementes na área dessas unidades e essa experiência servirá para a construção de um programa de repovoamento periódico de juçara que, a partir de 2021, visa a repovoar 660 hectares em sete UCs e sete núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM).

Além do repovoamento, iniciou-se a estruturação de um **PSA JUÇARA** para estimular a colheita, beneficiamento e venda da polpa da juçara, similar ao açaí. Pretende-se que a extração e o comércio ilegais do palmito sejam substituídos pelo manejo e comércio sustentável da polpa da semente dessa espécie.

Conservação de abelhas nativas

O **Projeto-Piloto de Conservação e Educação Ambiental** com abelhas nativas visa a levantar informações das abelhas nativas da Mata Atlântica e do Cerrado, presentes nas UCs, e divulgar a importância de conservação dos polinizadores através de pesquisa, educação e comunicação. Os polinizadores são fundamentais para a manutenção da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos, incluindo a produção agrícola de alimento em todas as suas escalas. Neste contexto as UCs têm grande importância por serem locais de abrigo para diversas espécies, funcionando como centros de irradiação de biodiversidade, principalmente para áreas rurais degradadas. Ainda, o projeto visa a monitorar o efeito de defensivos agrícolas em colmeias de abelhas nativas em uma unidade-piloto.

Restauração de áreas degradadas

Com relação à restauração e recuperação de áreas degradadas, no primeiro semestre de 2020 foram encaminhadas ao Banco de Áreas do Programa Nascentes sete áreas totalizando 184 hectares disponíveis para receber projetos de restauração a serem executados por empresas ou pessoas interessadas. No mesmo período foram aprovados quatro projetos de restauração ecológica que totalizam 127 hectares localizados nas Unidades de Conservação RDS Quilombos de Barra do Turvo e nos Parques Estaduais Porto Ferreira, Ilha Anchieta e Rio Turvo.

No primeiro semestre de 2020 entraram em execução projetos de restauração nas Estações Ecológicas Barreiro Rico e Ribeirão Preto, e nos Parques Estaduais Aguapeí, Assessoria da Reforma Agrária, Serra do Mar e Rio Turvo, em áreas que, somadas, chegam a aproximadamente 200 hectares.



Projetos de Pesquisa

A partir de 2020, foi iniciada a frente de trabalho de Gestão da Pesquisa na FF. Para tanto, foram concluídas as seguintes ações: Criação do GT de Pesquisa (Portaria FF 60/2020), elaboração do Programa de Pesquisa Interlocução Direta com a Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal - COTEC e alinhamento de procedimentos e colaboração no desenvolvimento do sistema no SIGAM. Na tabela à direita, apresentamos o número de pesquisas em andamento nas UCs e respectivos temas aplicados à gestão:

Pesquisas em andamento	Número
Sobre Fauna	94
Sobre Flora	52
Sobre Uso Público	9
Sobre Desenvolvimento Sustentável	8
Total	186

Convênio Fapesp/SIMA/FF

O GT de Pesquisa também atuou junto à Fapesp quanto aos projetos aprovados em edital publicado no âmbito do convênio e organizou o 1º Encontro de Pesquisa em Gestão de UCs, em 8 de junho, com pesquisadores e gestores. O edital selecionou projetos de pesquisa aplicada à gestão de UCs, que serão financiados com recursos da Fapesp e FF. Nesse encontro foram apresentados os quinze projetos aprovados, que destacamos a seguir, com seus respectivos valores:

Avaliação do impacto do vírus da febre amarela em primatas não humanos de duas Unidades de Conservação e potencial estabelecimento do ciclo enzootíco no estado de São Paulo	R\$ 200.000,00
Resiliência em paisagens multifuncionais em face às mudanças climáticas, nas APAs Bairro da Usina, Sistema Cantareira, Floresta Estadual de Guarulhos, MoNa Pedra Grande, PEs Alberto Lofgren, Cantareira, Itaberaba e Itapetinga	R\$ 198.198,91
Onças pintadas (<i>Panthera onca</i>) do continente de Paranapiacaba: identificação individual, estimativa populacional e apropriação pela sociedade	R\$ 188.942,25
Etnobotânica participativa: conservação e desenvolvimento local no Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP, Brasil - Fase 2	R\$ 198.914,37
Varredura digital, modelos inteligentes e realidade virtual para documentação, gestão e divulgação da paisagem cultural da Unidade de Conservação Parque Estadual Ilha Anchieta - PEIA	R\$ 200.000,00
Ciência aplicada à gestão do uso público e fronteiras do conhecimento de áreas marinhas protegidas: da experiência dos visitantes à biodiversidade de recifes mesofóticos subtropicais, na APA Marinha Litoral Centro	R\$ 200.000,00
Mapeamento de habitats marinhos em Unidades de Conservação e combate à pesca fantasma, no Parque Marinho Laje de Santos e APA Marinha Litoral Centro	R\$ 162.660,71
Serviços ecosistêmicos prestados pela geodiversidade e construção de processos socioeducativos em áreas protegidas: elaboração de proposta metodológica no Núcleo Caraguatatuba do Parque Estadual da Serra do Mar	R\$ 166.058,75
Modelagem de cenários a partir de parâmetros biológicos, físicos e de paisagem na área de visitação do Parque Estadual Caverna do Diabo	R\$ 189.113,25
A pesca esportiva na reserva de desenvolvimento sustentável da Barra do Una (Peruíbe, SP): subsídios para o manejo e o ordenamento	R\$ 196.605,37
Perda de biodiversidade em Unidades de Conservação paulistas e práticas para restauração ecológica, na Estação Ecológica Santa Marina e PE Vassununga	R\$ 200.000,00
Educação ambiental e gestão de Unidades de Conservação do estado de São Paulo: articulação de saberes na construção de comunidades de aprendizagem, no PE Jaraguá, APA e Parque Fazenda do Carmo, PESM - Núcleo Santa Virginia e APA Corumbataí	R\$ 177.069,10
Serviços ecosistêmicos na gestão de Unidades de Conservação urbanas: diretrizes técnicas para integração de políticas públicas e instrumentos de planejamento ambiental	R\$ 54.262,50
Coleta, pesquisa e conservação de sementes de espécies nativas com potencial para restauração de áreas degradadas e/ou uso econômico no PESM Núcleos Cunha, Picinguaba e Santa Virginia e Estação Ecológica do Bananal	R\$ 199.609,90
Transporte aéreo passivo de um patógeno letal para anfíbios em áreas de elevadas: aplicações práticas para conservação de UCs do estado de São Paulo	R\$ 199.950,00



Foto: Paula Gil

Educação Ambiental

Educação Ambiental (AT-EA) integrou os trabalhos de elaboração de Portaria Normativa para cadastramento de monitores ambientais junto às Unidades de Conservação.

Em outras frentes de trabalho, foram realizadas capacitações de professores (de redes municipais, para incorporação da temática ambiental e UCs nas atividades escolares), como o Projeto Mangue no Meu Quintal (APAMLC e parceiros), além da elaboração de cadernos de atividades e cartilhas para público geral e alunos pelas equipes do PESM Itariri, Itutinga Pilões/Caminhos do Mar e APAMLC, com apoio da AT-EA aos conteúdos.

Por fim, estão sendo elaborados programas e planos de ação de Educação Ambiental Integrados no MUC Juréia-Itatins, Iguape, APA Corumbataí e InterAPAs Várzea do Rio Tietê e APA Tietê-Jumirim como estratégia de integração no território para as ações de ensino a distância, bem como da APAMLS e na Estação Ecológica de Ribeirão Preto.

No que toca ao Programa de Educação Ambiental da Fundação Florestal, o foco das ações está na formação de monitores ambientais autônomos, trabalho integrado às ações de permissão e autorização de uso de trilhas e atrativos que a Fundação vem firmando com as associações de monitores para geração de renda com a condução de visitantes, bem como a capacitação da comunidade local para atuar, também,

como elos de interação socioambiental e fortalecimento da educação ambiental e do uso público nas Unidades de Conservação.

De janeiro a junho, foi concluída a primeira versão do Guia de Formação de Monitores Ambientais, material que dará suporte aos cursos, e planejamento dos cursos para o PESM Santa Virgínia e PE Furnas do Bom Jesus. Ainda, a assessoria de

Atendimentos	Número
Alunos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação	2.922
Outros grupos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação (CRAS, UBS, PM, Escoteiros, entre outros)	7.184
Participantes em eventos e campanhas pelo Programa de Educação Ambiental nas UCs	4.749
Total presencial	14.855
Tour virtual, vídeos, fotos (número de visualizações)	99.408
Outras ações virtuais (número de visualizações)	29.464
Total de visualizações	128.872

Projetos de Desenvolvimento Sustentável

Conexão Mata Atlântica

O Projeto Conexão Mata Atlântica, financiado pelo GEF (Global Environment Facility) teve início em fevereiro de 2017 e tem por objetivo recuperar e preservar serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade e ao clima no corredor sudeste da Mata Atlântica, que abrange São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No estado de São Paulo, sob a coordenação da Fundação Florestal,

o projeto inclui melhorias na gestão de Unidades de Conservação e seu entorno por meio da implantação de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), apoio à certificação e apoio a cadeias de valor sustentáveis.

Executado como piloto pela adoção de novas ferramentas de conservação, o projeto inclui a APA São Francisco Xavier e o distrito homônimo, a Estação Ecológica Bananal e grande parte do município, e dois núcleos do Parque Estadual Serra do Mar: Itariru e Santa Virgínia,

abrangendo parcialmente outros seis municípios (Peruíbe, Itatiri, Pedro de Toledo, Miracatu, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra). O modelo adotado de PSA consiste em três pagamentos em dois anos, referentes aos usos do solo no imóvel rural e às práticas conservacionistas adotadas. O modelo incentiva a mudança de uso de solo para usos de mais biodiversidade e carbono, tais como a substituição

...

Área restaurada e protegida por meio de PSA

3.874 hectares



Página anterior: Oficina de SAF com mutirão
Foto superior: Assinatura de contrato com organização CVS
Foto inferior: Oficina de juçara em Itariru

Foto superior: Formação de monitores em Itariru

Foto inferior: Estande do Conexão Mata Atlântica no evento BioFair



...

de pastagens degradadas por pastagens manejadas, implantação de sistemas agroflorestais, restauração de nascentes etc. Adicionalmente, incentiva a adoção de práticas conservacionistas tais como, saneamento, conservação de solo, compostagem, criação de abelhas nativas e muitas outras. Até maio de 2020 haviam sido elaborados 265 contratos de Pagamento por Serviços Ambientais (195 dos quais já pagos, com o compromisso de conservação de 5.599,48 hectares de florestas). Os produtores rurais interessados na certificação puderam optar entre os selos de Certificação Orgânica (SisOrg), Florestal (FSC), de Sustentabilidade (Rainforest Alliance)

e de Transição Agroecológica.

Todos os produtores contam com assistência técnica do projeto para com eles delinear e acompanhar a implementação das melhorias. O projeto custeia a certificação e oferece apoio financeiro. De modo similar, para o apoio a cadeias de valor sustentável, os produtores contam com assistência técnica, apoio financeiro e planos de negócios individuais. Além disso, há o apoio à organização de produtores rurais (associações e sindicatos) que agregam os beneficiários do projeto. Até maio de 2020 haviam sido elaborados 117 contratos de apoio à certificação (1.032,13 hectares já com certificação agroecológica) e 129 contratos de apoio a cadeias de valor

sustentável, sendo 38% frutas; 22% leite; 9% meliponas e 7% sementes e mudas.

Para incrementar a efetividade da gestão das Unidades de Conservação, os investimentos incluem aquisição de bens, tais como veículos, equipamentos de informática, móveis e eletrodomésticos, bem como adequação de sede física, placas de sinalização de limites e de atrativos, sistema de monitoramento por câmeras, formação de monitores autônomos e eventos de divulgação da unidade junto à comunidade local. O projeto deve se estender até junho de 2023 e 68% dos recursos de financiamento já estão executados ou compromissados através de contratos.

Comunidades Tradicionais

Planos de Uso Tradicionais em Resex e RDSs

As nove Unidades de Conservação das categorias Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Extrativista (Resex) sob gestão da Fundação Florestal possuem seus Planos de Uso, os quais foram elaborados no âmbito do órgão gestor. Sete deles foram aprovados via portaria FF e dois estão tramitando para publicação em breve.

Os referidos Planos de Uso definem a gestão compartilhada da UC (pela Fundação e os beneficiários, a população tradicional).

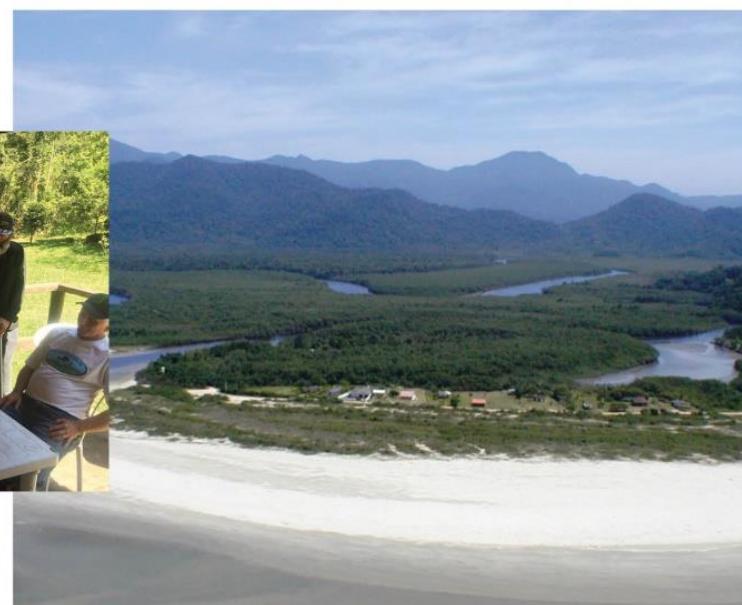
Já a análise e finalização dos produtos no âmbito dos Planos de Uso das RDS da Barra do Una e Despraiado foram finalizadas em março de 2020 e estão em trâmite interno na FF visando à aprovação da portaria normativa que os legitimarão.



Acima, oficina de turismo e Sistemas Agroflorestais dos Planos de Uso nas RDSs. À direita, RDS Barra do Una.

Planos de Negócios nas RDSs do Mosaico Juréia-Itatins

Pioneiramente, foram estabelecidos os planos de desenvolvimento sustentável das RDS Barra do Una e Despraiado, no Mosaico Juréia-Itatins que visaram a estruturar negócios nas áreas de Turismo de Base Comunitária, pesca e agrofloresta. Os planos foram finalizados em dezembro de 2019 e sua implantação é iminente, dependendo da retomada das atividades econômicas após o período de restrições provocado pela Covid-19.



Parceria com a comunidade quilombola da Picinguaba

No Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, especificamente na Praia da Fazenda, a FF firmou Termo de Autorização de Uso (TAU) com a comunidade para uso de uma estrutura de lanchonete, ainda em 2019. Em função das condições da edificação, a FF realizou melhorias na edificação onde se localiza o Centro de Visitantes e o alojamento, disponibilizando uma nova área bem estruturada para funcionamento da lanchonete/ restaurante da comunidade tradicional, que abriu em dezembro 2019 e funcionou durante toda a temporada de verão de 2020.

Parceria com as comunidades tradicionais caiçaras no ordenamento da visitação na Ilha das Couves

Localizada em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, e inserida no território da APA Marinha Litoral Norte, a Ilha da Couves passou a ter visitação turística desordenada a partir de meados de 2017. O Ministério Público Federal compôs e orientou um grupo de trabalho (GT) que determinou a capacidade de suporte da ilha em 177 pessoas simultaneamente. Com base em discussões com as comunidades tradicionais envolvidas e após a análise de diferentes possibilidades de ordenamento via prefeitura, comunidade e organizações do comércio local, a Fundação Florestal assumiu a frente de regulamentação da parceria, possibilitando estabelecer regramento à visitação no local para a temporada de verão de 2020, consolidadas na Portaria Normativa FF/DE nº 315/2019.

Abaixo, Ilha das Couves. No destaque, subsecretário Eduardo Trani e do diretor executivo da FF, Rodrigo Levkovicz com comunidades tradicionais beneficiárias do TAU da Ilha das Couves.

Nesta portaria normativa foram incluídos os anseios das comunidades envolvidas no Turismo de Base Comunitária em desenvolvimento no local e estabelecidos turnos para visitação à ilha.

A Fundação Florestal realizou o cadastramento de embarcações, resultando em 63 embarcações habilitadas para a atividade. Paralelamente, a FF coordenou três reuniões presenciais com os envolvidos na gestão compartilhada da Ilha das Couves, tendo em média 37 participantes em cada encontro. Neste processo foi composto o GT Emergencial da Ilha das Couves. Este grupo propôs acordos entre os envolvidos no ordenamento das

atividades da ilha, tendo sido alcançados consensos e decisões importantes. As discussões atuais incluem organização das embarcações que partem do centro de Ubatuba e readjustes à Portaria 315/2019.

De 4 de janeiro a 20 de março, na Ilha das Couves, mais de 23 mil turistas receberam orientação especializada de monitor ambiental da Fundação Florestal e de integrantes do TBC. O número de visitantes máximo (capacidade de suporte) foi respeitado na maioria dos dias. Dos visitantes entrevistados, 99,6% foram favoráveis à regulamentação e à fiscalização do uso do local e 98% pretendem retornar à Ilha das Couves em próximas oportunidades.



Ações Estratégicas em APAs Terrestres

Por se tratar de Unidades de Uso Sustentável, geralmente de grandes dimensões formadas por áreas privadas, as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) têm sua gestão baseada nas ações junto à sociedade que nela vive e com quem ela se relaciona. Nestas UCs são executados trabalhos de comunicação sobre assuntos ambientais relevantes (legislação, incêndios florestais, fauna, flora, recursos hídricos e outros); educação ambiental (com escolas, APAEs, escoteiros etc.); análise de licenciamentos e de pedidos de autorização; fiscalização e incentivo à produção sustentável, para citar alguns.

No Litoral Sul, a FF faz gestão das APAs Ilha Comprida, Serra do Mar, Cajati, Planalto do Turvo, Rio Vermelho e Pardinho e Quilombos do Médio Ribeira.

Os conselhos gestores destas unidades estão formalizados e atuantes. Antes e durante a quarentena realizaram-se 17 reuniões (presenciais ou online) com destaque para as reuniões da APA dos Quilombos do Médio Ribeira, visando à implementação da Resolução SMA 189/2018 com o estabelecimento de acordos voluntários para a exploração sustentável de espécies nativas em UCs. Com relação ao atendimento ao público, as APAs do Litoral Sul somaram 589 atendimentos e, até junho

de 2020, já tinham emitido 103 autorizações. Este semestre foram realizadas 14 ações, entre campanhas de divulgação e educativas junto à comunidade, fulcrais para que o desenvolvimento do território de fato caminhe na direção da sustentabilidade. Ainda,

as APAs dessa região participaram de 44 eventos ou parcerias, com destaque para a formalização do Termo de Cooperação Técnica entre FF e Iniciativa Verde no acompanhamento do Projeto Plantando Águas, que envolve, em especial, as APAs Cajati, Planalto do Turvo e Rio Vermelho e Pardinho. Por fim, essas APAs vêm trabalhando junto às prefeituras do território onde estão inseridas visando desenvolver turismo em áreas naturais.

Na região da Serra da Mantiqueira, a FF faz a gestão das APAs Silveiras, Sapucaí-Mirim e Campos do Jordão.



início da elaboração de Plano de Sinalização e a parceria que está em construção com a Associação do Pinhão de Campos do Jordão voltada ao manejo do pinhão.

Nas regiões Metropolitana, Interior e Oeste Paulista, a FF faz a gestão de diversas Áreas de Proteção Ambiental. Nessa região, o uso da terra é diferente do litoral, serras e vales, e consiste em cidades e extensas áreas rurais. Abaixo destacamos resultados nas APAs da região, sem prejuízo das atividades de rotina desenvolvidas, acima já exemplificadas para outras regiões do estado.

Este ano, a APA Tejupá lançou seu Caderno de Aves, que apresenta imagens e identificação das 80 espécies mais emblemáticas que ocorrem no seu território. O intuito desta publicação é despertar o interesse e trazer informações ao público sobre esse grupo da fauna, ressaltar a importância da APA, assim como fomentar o turismo de observação de aves.

Com apoio da prefeitura municipal de Piratininga, a APA do Rio Batalha

Foto maior: Serra da Fartura, Área de Proteção Integral Tejupá.
Foto: Elisa M. do Amaral.

publicou uma cartilha com o objetivo de facilitar o acesso a informações sobre Plano de Manejo pelos cidadãos que vivem ou usam o território, em especial os produtores rurais. Está planejado estender a ação para os outros 10 municípios da APA, destacando aspectos relevantes de cada um deles, estimulando que os municípios se reconheçam como atores inseridos na UC. A publicação apresenta informações gerais, mapas, ilustrações e orientações sobre legislação, zoneamento e regramentos da Unidade de Conservação.

Na APA Barreiro Rico, destacam-se ações de proteção relativas ao fogo. Para minimizar a ocorrência de incêndios florestais, quatro propriedades rurais (Fazendas Itaquerê, São Francisco, Águas das Pedras e Bacury) realizaram a implantação de 5,1 hectares de aceiros. Além disso, essas propriedades aderiram ao programa de restauração de bordaduras e clareiras florestais e realizarão o plantio de 2 mil mudas de espécies nativas.

Gestão das APAs Marinhas

Quanto às estratégias de desenvolvimento sustentável, as Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do litoral de São Paulo (APAMs) tiveram a integração das suas atividades intensificadas quando da retomada do processo de elaboração dos Planos de Manejo em 2018, buscando padronizar os instrumentos legais que regem o uso do espaço e alinhar as diretrizes da gestão para o território com consolidação planejada e devidamente pactuada, em curto e médio prazo.

A partir da vivência dessa integração, novas articulações entre os três territórios puderam ser realizadas, o que foi imperiosa para potencializar as iniciativas focadas na agenda positiva dessas UCs e consequente fortalecimento das organizações sociais atuantes nos territórios. Entre elas destacam-se:

- 1) **Formação do Grupo de Trabalho** integrado das APAMs para elaboração de proposta de regulamentação da pesca de emalhe, com foco na pesca de superfície. O GT também vem discutindo outras pautas de interesse do setor pesqueiro, cujos debates estão preliminares, a exemplo: o regulamentação do trynet, equipamento utilizado pela frota de pesca
 - 2) Participação na elaboração da proposta do **Plano Nacional de Gestão da Pesca de Camarões, Projeto Rebyc II - FAO/Unesco**. Tais iniciativas são fundamentais para que as unidades possam avançar no processo de garantir a função social de forma justa e cadenciada com a salvaguarda da biodiversidade.
- Para assegurar o desenvolvimento sustentável, as ações relacionadas à

de camarões para avaliar o tamanho dos indivíduos alvos da pesca, além da presença de fauna acompanhante; e a regulamentação da pesca com rede estaqueada;

2) Participação na elaboração da proposta do **Plano Nacional de Gestão da Pesca de Camarões, Projeto Rebyc II - FAO/Unesco**. Tais iniciativas são fundamentais para que as unidades possam avançar no processo de garantir a função social de forma justa e cadenciada com a salvaguarda da biodiversidade.

Para assegurar o desenvolvimento sustentável, as ações relacionadas à

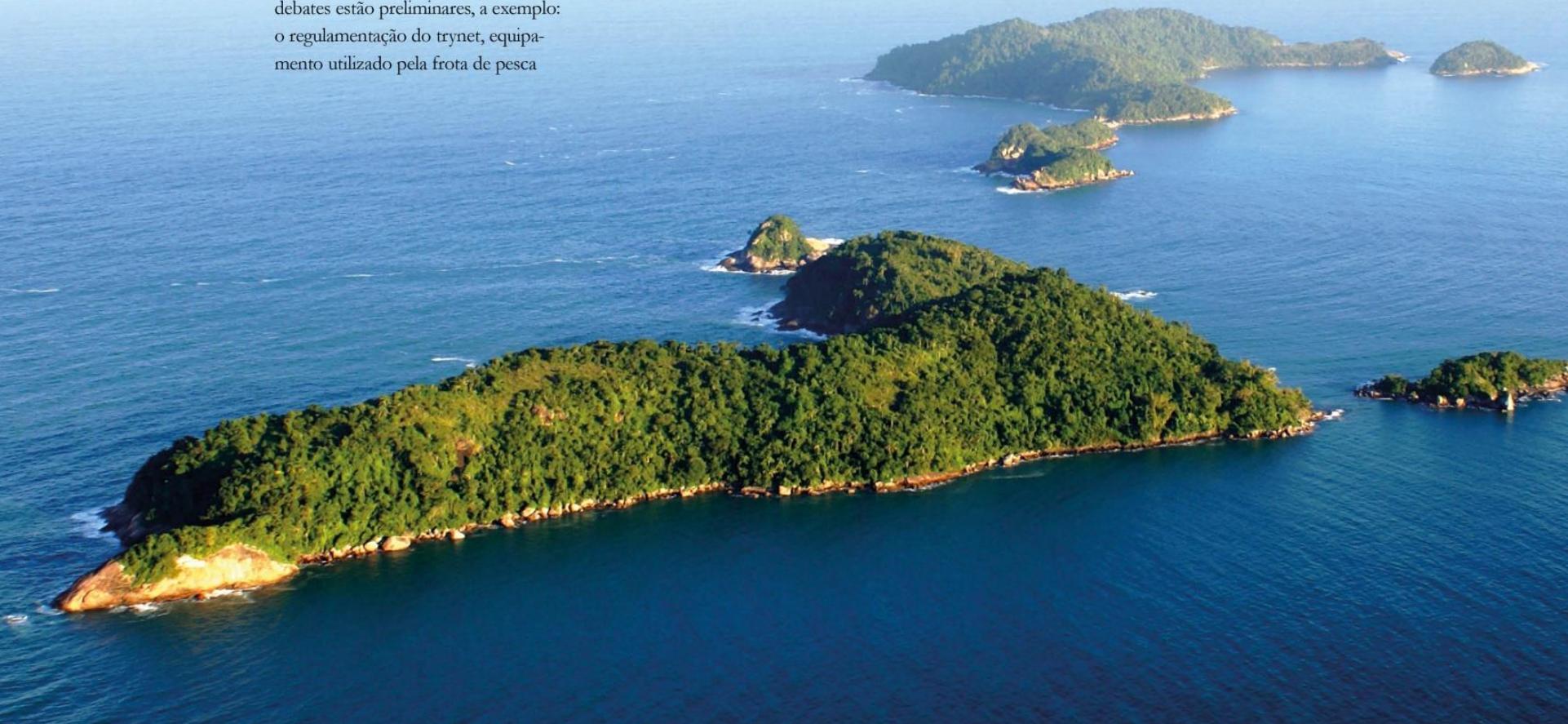
melhoria da qualidade ambiental são essenciais. Neste sentido, as APAMs vêm contribuindo em diversas políticas públicas a exemplo da participação no processo de elaboração do **Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar - PEMALM**, apoio às ações do **Verão no Clima**, bem como apoio ao programa de coletas para avaliar a qualidade de águas costeiras, realizada pela Cetesb.

Das ações propostas para enfrentamento à questão do lixo no mar e que afeta de forma direta os recursos

naturais, as unidades estão desenvolvendo um projeto-piloto para o monitoramento do lixo na atividade pesqueira, por meio de ciência-cidadã. A ação ocorre com grupos de pescadores, sendo um de arrasto de praia em Bertioga e outro de arrasto de camarões em Guarujá quando o objetivo é monitorar a presença (quantidade e composição) de poluentes orgânicos persistentes (POPs) por esforço de pesca. Outra iniciativa com potencial de replicabilidade entre as APAMs é a implantação do **Sistema Linha Azul** que visa a criar um protocolo de fluxo unidirecional de ações

para prevenir e mitigar os impactos causados pelos petrechos de pesca abandonados, perdidos ou descartados no mar (PP-APD). Os desafios e ajustes metodológicos vêm sendo acompanhado para possíveis replicações em cooperativas/coletivos, que sinalizaram interesse.

Por fim, para que os usuários possam ter uma relação harmoniosa com as unidades partindo da necessidade de entender o que está sendo protegido, o porquê e qual é a melhor maneira de interagir, as APAMs elaboraram uma diversidade de comunicados que trazem uma transposição pedagógica das complexas legislações que incidem no território, o que também contribui como um importante instrumento preventivo à fiscalização e promoção da Educação Ambiental.



Ilha das Couves,
APA Marinha Litoral Norte.
Foto Adriana Mattoso.

Conselhos Gestores

Foto maior: Parque Estadual Lagamar de Cananéia (Adriana Mattoso). Fotos menores: reuniões de Conselho Gestor.

Os Conselhos Gestores são a principal ferramenta de participação social na gestão de Unidades de Conservação. A preocupação sobre a participação social na gestão das UCs é pauta internacional, cabendo destacar que já na Conferência de Estocolmo e na Rio 92 foi discutida, num contexto de retomada da democracia. A criação e a atuação dos conselhos estão amparadas pela Lei do SNUC – Lei Federal 9.985/2000 (que disciplina a criação e gestão de UCs como um todo). São formados por representantes dos setores público, privado e terceiro setor e não é à toa que são considerados essenciais para a proteção da natureza nas UCs. Os conselhos funcionam como controle social das ações, decisões e da execução de despesas de recursos

públicos pelo governo. Além dessa prestação de contas, é nos conselhos que a sociedade manifesta demandas, sugere melhorias, contribui voluntariamente com seus conhecimentos para a formulação de projetos e coopera com as ações para a conservação.

Importante destacar que as reuniões em geral são públicas e abertas, de forma que não apenas os conselheiros podem participar, mas também qualquer cidadão que tenha esse interesse. A partir dos conselhos, é comum a criação de câmaras temáticas ou grupos de trabalho, que discutem e atuam em pautas específicas. De forma exemplificativa, fazem parte do universo de atividades e assuntos trabalhados nos conselhos, câmaras e grupos de trabalho:

- Processos de licenciamento ambiental;
- Elaboração de Planos de Manejo;
- Fiscalização ambiental (danos, denúncias, locais críticos)
- Educação ambiental (temas prioritários, públicos, projetos, ações voluntárias);
- Visitação (normas, acordos, novos atrativos, manutenção, minimização e monitoramento de impactos, eventos);
- Novas normativas e regras de uso das UCs (no caso de UCs de Uso Sustentável, sobre regras de pesca, turismo, uso de recursos naturais para artesanato, alimentação, venda de produtos, dentre outros);
- Estabelecimento de parcerias.

Os benefícios do envolvimento da sociedade com as Unidades de Conservação costumam ser visíveis para gestores, equipes e conselheiros das unidades na medida em que suas ações impactam diretamente nos rumos e nos resultados da gestão. Por fim, há que se destacar a atuação dos gestores das UCs nessa importante e desafiadora tarefa que é a coordenação de reuniões e mediação de processos no âmbito dos conselhos. Também, é prioridade institucional a manutenção de conselhos ativos e regulares, inclusive espelhada nas diretrizes de governo, nas metas do PPA da FF. Hoje, 92% dos conselhos das 102 Unidades de Conservação estão regulares.



Planos de Manejo

Os Planos de Manejo são o principal instrumento de gestão de Unidades de Conservação. Nele constam todas as diretrizes, normas, atividades permitidas e proibidas, delimitação de diferentes zonas no interior da unidade, além de programas de gestão. O planejamento para a elaboração de Planos de Manejo para unidades que ainda não o possuem foi aprovado pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo no final de 2019 e encontra-se em execução. Todos os Planos de Manejo seguem o roteiro metodológico de elaboração e aprovação.

De janeiro a maio de 2020, temos os seguintes resultados gerais: Um plano aprovado e publicado por Resolução SIMA, 19 planos em elaboração e dois planos em aprovação.

A seguir, destaque para a indicação das unidades de conservação, por etapa:

- Dos planos publicados, temos PE Vassununga (publicado em 27/01/2020).
- Dos 19 Planos de Manejo em elaboração, temos oito planos na etapa de planejamento: Unidades de Conservação do Mosaico Jacupiranga - Região Centro, PE do Rio do Turvo, APA de Cajati, APA Planalto do Turvo, APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho, RDS Barreiro/Anhemas, RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, RDS Lavras e RDS Pinheirinhos.
- Além disso, destaca-se que estão em desenvolvimento:
 - Roteiro Metodológico para as Resex e RDSs, conjuntamente, com os planos das UCs do Mojac;
 - Glossário dos Planos de Manejo, a partir dos planos aprovados e em elaboração, de modo a padronizar os conceitos adotados;
 - Consolidação das normas referenciais a partir dos planos aprovados e em elaboração;
 - Elaboração dos Programas de Gestão da APA Ibitinga e disponibilização no portal eletrônico, até a retomada das oficinas.
- Quatro planos na etapa de caracterização: PE Lagamar de Cananeia, RDS Itapanhápima, Resex Taquari e Resex Ilha do Tumba.
- Quatro planos na etapa de zoneamento: APA Ibitinga, APA Ilha Comprida, ARIE ZVS da APA Ilha Comprida e ARIE Guará.
- Três planos na etapa de devolutivas - Manifestação do Conselho Consultivo: APA Sistema Cantareira, APA Bairro da Usina e EE Bananal.



UCs com Plano de Manejo aprovado

Planos em fase de Planejamento	8
Planos em fase de Caracterização	4
Planos em fase de Zoneamento	4
Planos em fase de Programas de Gestão	0
Planos em fase de Devolutivas e Manifestação do Conselho	3
Planos em análise na CTBio e no Consema	2
Planos aprovados aguardando resolução ou decreto	2
Planos publicados	37

UCs com conselhos ativos regulares na Fundação Florestal

92%	
UCs com conselhos ativos regulares na Fundação Florestal	
Conselhos ativos e regulares	103
Conselhos em fase de renovação ou instrução processual	12
UCs que não possuem conselho ou está inativo	2
Conselhos de Unidades de Mosaicos UC ativos e regulares	1
Conselhos de Unidades de Mosaicos UC não instituídos	2



Terceira e última reunião do Conselho Gestor da APA Marinha Litoral Norte realizada em 12/12/2019.

Regularização Fundiária

Mecanismo de Compensação de Reserva Legal com áreas inseridas em UCs

No início de 2020 foi implantado 100% do processo eletrônico no e-ambiente para análise dos pedidos compensação de reserva legal por meio da alienação de áreas inseridas em Unidades de Conservação pendentes de regularização fundiária – procedimento regulamentado pela Resolução 165/2018. Até maio de 2020 foram cadastrados 108 imóveis (cada um com seu respectivo processo no e-ambiente) que totalizam 42.951,44 hectares, em 13 Unidades de Conservação.

Este mecanismo inaugurou a valorização de imóveis particulares sobrepostos com UCs e, portanto, a comercialização de florestas pelo mercado privado.

O Núcleo de Regularização Fundiária da FF analisa esses pedidos a partir do cadastramento de imóveis no SICAR com a inserção da documentação necessária no sistema.

Os proprietários de imóveis rurais que possuem déficit de reserva legal podem encontrar os imóveis que estão com processo de alienação no Banco de Áreas de Reserva Legal em UCs (Banco de Áreas de RL em UC) no site do SICAR/SP, onde poderão encaminhar e-mail diretamente para os proprietários dos imóveis inseridos em UC e proceder sua negociação, sem a interferência do órgão público.

Até final de maio, foram cadastrados 17 processos e documento digitais analisados e respondidos durante o período do isolamento social.

Em junho ocorreu o segundo recebimento de área por meio da alienação de área inserida em UC para compensação ambiental de loteamento, correspondentes a 37,77 hectares no Parque Estadual Serra do Mar - Núcleo Caraguatatuba.

Compensação de Reserva Legal no âmbito do licenciamento

Destacamos, ainda, que a Cetesb também passou a implementar a Resolução 165/2018, sempre que aplicável, nos processos de licenciamento ambiental.

Dessa forma, este mecanismo ganha amplitude, possibilitando as negociações entre proprietários de imóveis com cobertura florestal nativa.

Diante da pandemia do coronavírus e da impossibilidade de serem protocoladas solicitações de localização de áreas por particulares na Fundação Florestal, o Núcleo de Regularização Fundiária passou a receber essas demandas por e-mail e inseri-las no portal do e-ambiente. Até final de maio, foram cadastrados 17 processos e documento digitais analisados e respondidos durante o período do isolamento social.

Georreferenciamento de UCs sem custo para o Estado

Em 2018, a Fundação Florestal iniciou o procedimento para o GEORREFERENCIAMENTO e retificação imobiliária das 18 Unidades de Conservação de domínio público sob sua gestão. Tal procedimento foi suspenso até que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) emitisse o número do Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) dos imóveis que compõem as Unidades de Conservação, para que fosse possível a certificação do georreferenciamento deste imóveis no Sistema de Georreferenciamento Fundiário -SigeF/Inca, bem como a realização da retificação dos documentos imobiliários junto aos cartórios de registro de imóveis.

Até maio de 2020, o Inca havia realizado a análise de 15 pedidos de inscrição no CCIR e ainda analisa três pedidos. Desta forma, a Fundação Florestal já possui a maior parte dos documentos para realizar a licitação para contratação do georreferenciamento e retificação imobiliária de 15 Unidades de Conservação,



Demolições e reintegrações de posse

Em 2019 foram solicitados recursos financeiros à Câmara de Compensação Ambiental para realizar a demolição de imóveis inseridos em Unidade de Conservação que foram objeto de ações civis públicas, de reintegração de posse ou abandonados por seus antigos ocupantes. A Fundação Florestal iniciou esse trabalho com foco no Parque Estadual Jurupará, que já realizou a demolição de 45 edificações e aguarda o final da pandemia para demolir mais 16, resultando em um investimento de R\$ 2.106.714,15. O projeto abrangeu também o Parque Estadual Ilha do Cardoso que possui 10 edificações indicadas para demolição e os Núcleos Picinguaba e São Sebastião do Parque Estadual da Serra do Mar, onde a Fundação Florestal aguarda a ordem judicial para realizar as demolições.



Criação de Unidades de Conservação

Criação do MoNa Mantiqueira Paulista

No que diz respeito à criação de Unidades de Conservação, a FF coordenou o processo de criação do Monumento Natural (MoNa) Mantiqueira Paulista, nos municípios de Cruzeiro e Piquete. A área é das mais relevantes em âmbito estadual por suas características cênicas, culturais e de biodiversidade. Abriga formações vegetais de ocorrência bastante restrita no estado de São Paulo, como as florestas e campos de altitude, além

de rica diversidade de fauna. São 492 espécies vegetais vasculares (32 ameaçadas de extinção) e 421 espécies de animais (28 ameaçadas).

O principal atrativo turístico da proposta é o Maciço Marins-Itaguaré, formado por alguns dos pontos mais altos do estado, como o Pico dos Marins (2.427 m), Pico do Itaguaré (2.308 m) e Pico do Marinzhinho (2.432 m).

A área proposta do MoNa, após realização de audiência pública, é de 10,3 mil hectares. A nova unidade de conservação, cujo processo de criação contemplou amplo envolvimento

da população local e proprietários por meio da realização de mais de 15 eventos de comunicação e mobilização social, não implicará desapropriações e não restringirá as atividades agropecuárias. Por outro lado, dinamizará economias de qualidade como o turismo sustentável. O MoNa ampliará os esforços de conservação do território, como ações voltadas à prevenção e ao combate a incêndios florestais.

O Monumento Natural Estadual Mantiqueira Paulista (10,3 mil hectares), nos municípios de Cruzeiro e Piquete, deverá proteger um rico patrimônio natural de grande beleza cênica.
Foto: Lucas N. Gonçalves



São Paulo ganha a centésima RPPN (Reservas Particulares do Patrimônio Natural)

No ano de 2020, até o mês de maio, o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – Programa RPPN Paulista da Fundação Florestal, avaliou inúmeros processos advindos de pessoas físicas e jurídicas, para o reconhecimento de RPPN em áreas particulares, através do ato voluntário desses proprietários.

As análises efetuadas, por meio de todos os procedimentos previstos na legislação vigente sobre essa temática, resultaram no reconhecimento de cinco novas RPPNs pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e pela Fundação Florestal.

 **RPPN Vuturussu, localizada em Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo, com área de 161,33 hectares; com a qual o estado registrou a centésima RPPN;**

- RPPN Cachoeira da Luiá, situada em Bananal, na região da Serra da Bocaina, com 17,65 hectares;
- RPPN Olho d'Água, situada em Bananal, na região da Serra da Bocaina, com 19,90 hectares;
- RPPN Jaguaretê, localizada em Bananal, na região da Serra da Bocaina, com 6,03 hectares, e
- RPPN Sítio São Joaquim I, situ-

Em janeiro de 2020, o estado de São Paulo ganhou sua centésima Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Vuturussu.



ada em São Bento do Sapucaí, na região da Serra da Mantiqueira, com área de 12,64 hectares.

Essas RPPNs somam 217,55 hectares de ecossistemas em área de domínio da Mata Atlântica, protegendo importantes remanescentes florestais da vegetação constituída por Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista, a fauna silvestre associada a esses ecossistemas, os recursos hídricos e a paisagem existente em seus domínios. Com a criação destas reservas, o estado de São Paulo passa a contar 104 RPPNs, 56 das quais foram reconhecidas pelo Programa RPPN Paulistas e totalizam 17.433,81 hectares. Atualmente, constam 18 pedidos em análise na Fundação Florestal, com área potencial para a proteção de mais 3.990 hectares.

Programa Serra do Mar

Gestão Administrativa e Organizacional

Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica

O Programa Serra do Mar está em fase final de execução. A Fundação Florestal, utilizando-se do rendimento financeiro dos recursos, está executando ações vinculadas ao Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica, previstas para serem concluídas em 2021. Durante a execução do programa, foram investidos recursos para a estruturação de UCs por meio de construções de guaritas de fiscalização, centros de visitantes e outras estruturas; reformas de edificações, aquisição de veículos, embarcações

e equipamentos para trabalhos em campo e administrativos, aquisição de equipamentos e estruturação de salas de reunião. Atualmente, os recursos garantem contratos de prestação de serviços fundamentais para a continuidade dos trabalhos nas unidades. Abaixo destacamos os serviços e o status de execução de cada um deles.

- Apoio gerencial e operacional (24,7% de execução);
- Monitoria (25,2 % de execução);
- Abastecimento de veículos (26,6 % de execução);
- Manutenção de veículos e equipamentos (26% de execução);
- Abastecimento de embarcações (7% de execução);
- Manutenção de embarcações (2,1% de execução);
- Seguro de veículos (40% de execução);
- Locação de garagem náutica (25,2% de execução);
- Lançamento do Manual de Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (100%).



Esse programa conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Bens patrimoniais, frota, documentos e sistemas digitais

No que toca à gestão administrativa e organizacional, apresentamos as seguintes ações implantadas neste período:

- Migração de todos os e-mails para a plataforma Outlook com Office 365 e Teams, o que possibilitou maior qualidade de ferramentas de compartilhamento de arquivos, armazenamento de informações em diversas extensões, videoconferências, gestão de informações de projetos em andamento e outros;
- Aquisição de 110 computadores para renovação de equipamentos de informática nos escritórios da capital e nas regionais visando a maior eficiência e agilidade no serviço;
- Atualização e integração de dados e finalização do diagnóstico de frota da FF;
- Inventário de bens patrimoniais (em fase de finalização); descarte de arquivos físicos e desobstrução de salas das edificações do Horto Florestal (descarte de 5,6m³);
- Organização de arquivos digitais permitindo a liberação de 2,6 Tb no servidor;
- Implantação de VPN (rede privada virtual) para teletrabalho/serviços que demandam viagens.

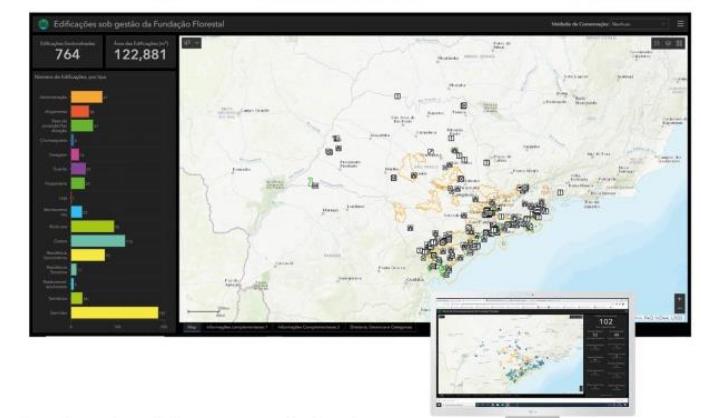
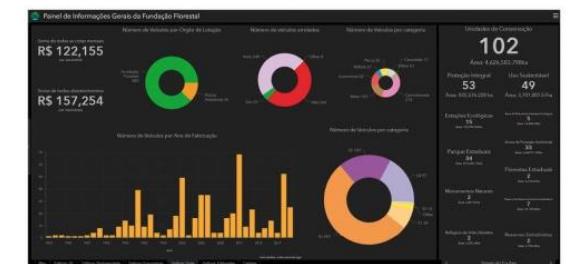
Geoespacialização de informações estratégicas

Destaca-se o trabalho de geoespacialização do Diagnóstico das UCs sob gestão da Fundação Florestal que, em 2019, levantou inúmeras informações estratégicas relativas à visitação pública, biodiversidade e recursos naturais, infraestrutura e saneamento, frota e recursos humanos, entre outros. Em parceria com a SIMA, o setor de geoprocessamento está em processo de capacitação para que a FF ganhe

autonomia no desenvolvimento de plataforma georreferenciada no Arcgis Online, a qual já está em construção e contém grande parte dos dados coletados.

Além dos dados coletados, o sistema já integra bancos de dados da SIMA, evitando-se retrabalho.

Paralelamente, FF e SIMA estão aprimorando e complementando o SIAP (Sistema de Áreas Protegidas) para que, posteriormente, os dados e a plataforma construídos pelo setor de geoprocessamento da FF possam migrar para o sistema institucional.



O painel de informações da Fundação Florestal traz dados gerenciais atualizados sobre as Unidades de Conservação, como localização de todas as edificações com detalhamento de uso, traçados de trilhas e atrativos, dados de frota, pessoal, biodiversidade, dentre outros.

Obras de Infraestrutura

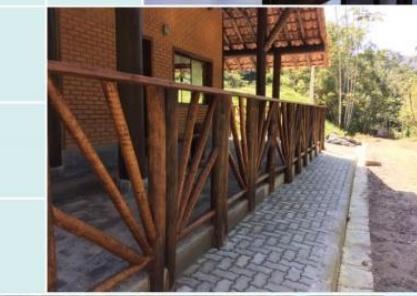
A Fundação Florestal tem investido na melhoria da infraestrutura das Unidades de Conservação por meio de reformas, revitalizações, manutenção e, em casos pontuais, novas construções.

A seguir, apresentamos os resultados de 2020 até o momento:

- Execução de 28 sistemas de tratamentos de esgoto no **Parque Estadual Intervales**, tornando a unidade com 100% de efluentes gerados, tratados, com sistemas de filtros, fossas sépticas e devolução da água através de sumidouros ou valas de infiltração, com índices de DBO em atendimento ao Conama.
- Reforma em todo o sistema de distribuição de energia do **Parque Estadual Caverna do Diabo**, proporcionando a individualização de padrão e relógio de pontos de permissão de uso, com refazimento de todo o sistema de backup de gerador, automatizando a alimentação dos atrativos em caso de falta de energia. Também como resultado, a possibilidade de doação de cinco quilômetros de extensão de rede elétrica à concessionária Elektro, desonerando a Fundação Florestal, que sempre precisou fazer intervenções de manutenções emergenciais neste local.
- Desenvolvimento de metodologia de estimativa de todos os serviços necessários às manutenções preventivas e corretivas para elaboração de ata de registro de preços englobando todas as edificações da FF, a partir de dados do diagnóstico realizado.
- Contratação de demolições de edificações com destinação de resíduos de aproximadamente 150 edificações com sentença judicial em diversas unidades de conservação, com destaque para o maior volume no **Parque Estadual Jurupará** com uma demanda de grande relevância para permitir a recuperação ambiental das áreas.
- Execução de demolições de nove edificações no **Parque Estadual Cantareira** possibilitando o prosseguimento da recuperação ambiental da área.
- Elaboração de projeto com proposta de recuperação das estruturas da Casa da Farinha no **PESM - Núcleo Picinguaba**.
- Elaboração de projeto arquitetônico de revitalização na área de uso público do **Parque Estadual Águas da Prata**.
- Desenvolvimento de estudo para novas tipologias construtivas para a Fundação Florestal, criando modelos a partir de módulos que possam ser aplicados a todas as necessidades de atividades da instituição.

- Elaboração de projeto básico de recuperação de todo o sistema de alimentação e distribuição de energia do **Parque Estadual Carlos Botelho**.

No final de junho foi entregue a obra do **Centro de Visitantes do MoNa Pedra do Baú**, construído por meio de convênio entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), a Fundação Florestal e a prefeitura da estância climática de São Bento do Sapucaí com recursos de Compensação Ambiental. O espaço contará com áreas de recepção, de alimentação e de informações para os visitantes, estacionamento, pórtico, deck com vista para a Mata Atlântica e salas para reuniões, comércio e outros serviços turísticos. Foi projetado com medidas de acessibilidade e possibilitará uso e parcerias para a promoção de emprego e renda local.

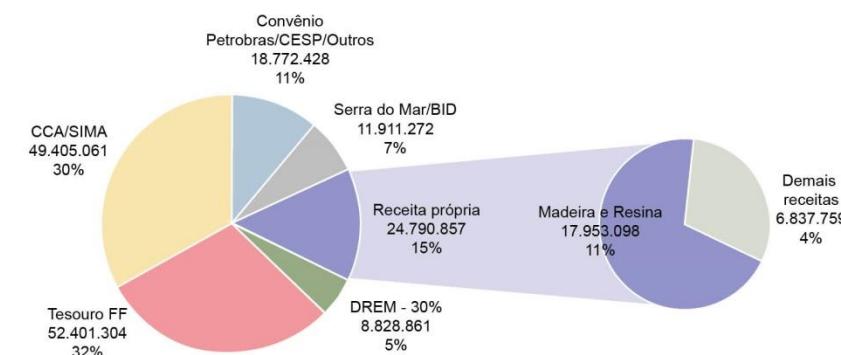


Imagens reais de obras realizadas em Unidades de Conservação conforme descritas na página anterior

Geração de Receitas Próprias

A Fundação Florestal vem envidando todos os esforços necessários à desoneração dos recursos do Tesouro do estado, direcionados à manutenção das Unidades de Conservação que administra. Além das receitas próprias geradas nessas unidades (advindas da venda de madeira e resina, cobrança de ingressos, hospedagens, cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes e outorga por concessão de parque), a instituição vem captando recursos com a celebração de convênios (Petrobras, Transpetro, NTS, CESP, Tijoá, entre outras) e na Câmara Compensação Ambiental/SIMA, com vistas à destinação de recursos para manutenção, revitalização e proteção das Unidades de Conservação.

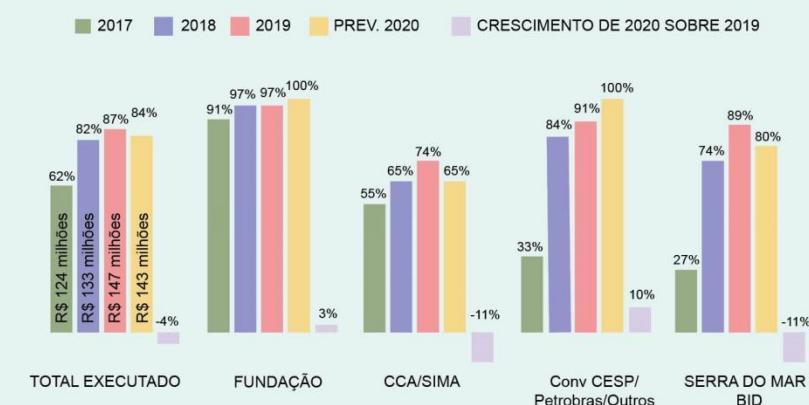
Receitas 2020 - R\$ 166.109.783



Despesa Executada

O aprimoramento dos procedimentos adotados, a partir de 2018, na elaboração e execução dos planos de trabalho, nos processos administrativos e na definição de objetivos e metodologias alinhadas ao planejamento anual das atividades da Fundação Florestal, envolvendo, especialmente, os recursos da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA, dos diversos convênios firmados, entre eles, Petrobras, Transpetro, NTS e CESP e do Programa Serra do Mar/BID, que, na média anual, representam 52% da despesa executada, vem refletindo no índice de execução orçamentária em constante crescimento e alcance de metas e resultados.

% da Despesa Executada X Disponibilidade de Recursos



Execução dos Recursos Aprovados pela CCA

A curva ascendente do gráfico reflete o aprimoramento do planejamento e da execução dos planos de trabalho aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA, resultado da padronização, consistência e alinhamento das informações dos planos de trabalho, dos Termos de Referência e dos orçamentos, que, após aprovação, agiliza a contratação e a execução do projeto, além da total transparéncia das prestações de contas, tanto no aspecto financeiro, quanto na execução física, e resulta na melhor execução anual dos recursos disponibilizados às Unidades de Conservação sob a administração da Fundação Florestal.

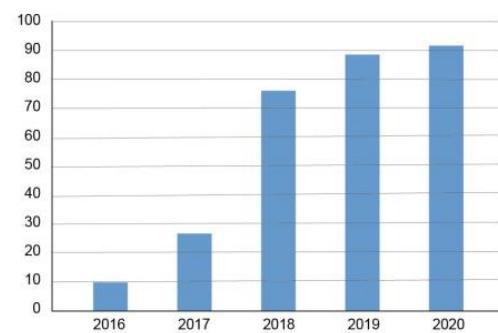
Execução dos Recursos Aprovados pela CCA



Mais Proteção, Menos Tesouro

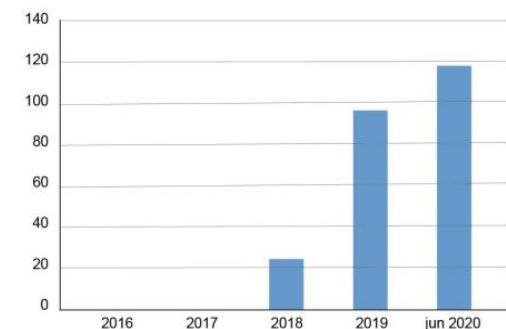
Como pôde ser visto no decorrer deste relatório, o aumento de produtividade da Fundação Florestal fala por si. Trata-se de significativo volume de resultados entregues em curto espaço de tempo (de janeiro a junho de 2020, mesmo com os contratemplos da pandemia). Tal ritmo foi impresso na FF nos anos recentes, como pode-se confirmar nos gráficos abaixo sobre eficiência de gestão, exemplificada para alguns temas estratégicos.

Conselhos regulares ativos

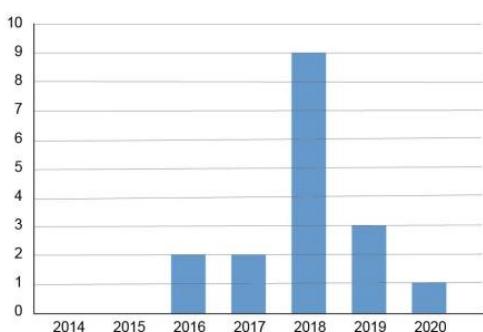


O gráfico mostra a evolução da regularização de conselhos (meta da FF) visando garantir transparência e envolvimento social na gestão das UCs.

Monitores ambientais beneficiários de TAUs



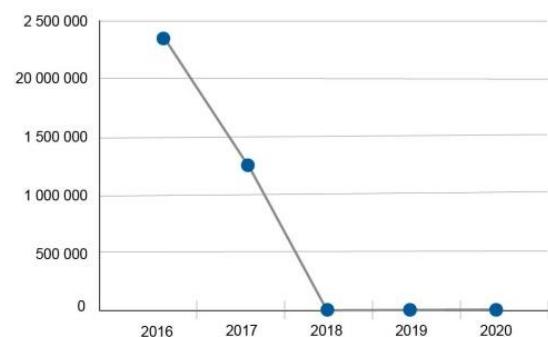
Planos de Manejo aprovados



O gráfico acima demonstra que a elaboração e aprovação de planos de manejo ganhou eficiência.

Cabe observar que a queda entre 2018 e 2019 se deu em função da dimensão territorial das APAs Marinhais (planos em elaboração entre 2019 e 2020) e sua consequente complexidade, dada a interface com todos os municípios e usuários do mar na costa paulista. Já o gráfico abaixo mostra a queda das despesas para execução de planos, em função da redução da contratação de serviços de terceiros, como nova diretriz institucional.

Custos com contratação de terceiros para a elaboração de Planos de Manejo



Jequitibá, EE Ribeirão Preto
Foto Alessandra Pinezj



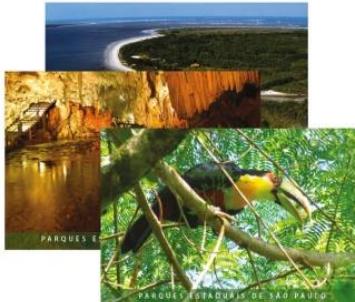
Comunicação

Criação do Banco de Imagens FF

No começo do ano, todas as Unidades de Conservação foram instruídas a enviar imagens, antigas e recentes, para a formação de um grande banco de imagens da Fundação Florestal. O objetivo desse acervo é dispor material de divulgação para ações promocionais internas bem como atender a demandas externas, como editoras e imprensa.



Supervisão de produção gráfica do **Manual de Proteção e Fiscalização** das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (250 páginas). Uma importante publicação da Fundação Florestal, resultado dos ciclos temáticos de Capacitação em Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação realizados entre dezembro de 2018 e agosto de 2019, por meio do programa “Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Cartões postais impressos pela Imprensa Oficial com apoio da Secretaria de Turismo para três Unidades de Conservação (Ilha do Cardoso, Caverna do Diabo e Itutinga-Pilões). A impressão dos cartões faz parte da estratégia de divulgar ainda mais as UCs como opção de lazer saudável e acessível a todos.



Passaporte

Aves de São Paulo

Reimpressão do **Passaporte de Aves** pela Imprensa Oficial com apoio da Secretaria de Turismo. A coleção de “passaportes” da Fundação Florestal já se tornou uma publicação referencial para os amantes da natureza, sejam trilheiros ou observadores de fauna. O conteúdo do Passaporte de Aves indica as cinco principais aves que podem ser avistadas em diferentes Unidades de Conservação. Com ele, o birdwatcher pode manter um registro de suas incursões. O pequeno livro (105x150mm) foi impresso em papel do tipo reciclado e tem 64 páginas ricamente ilustradas com imagens em cores.



A gestão do Núcleo Padre Dória do Parque Estadual Serra do Mar preparou o **Guia das Orquídeas** ilustrado com belas imagens das orquídeas mais comumente encontradas na unidade e sua ocorrência no território nacional com uso de um mapa. O catálogo será inicialmente publicado por meio digital com vistas à impressão em breve.



Mídias sociais

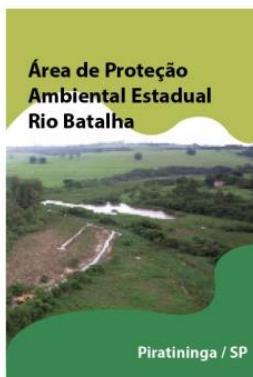
Até julho desse ano, a conta de Instagram da Fundação Floresta contava mais de 10 mil seguidores, enquanto o canal de YouTube chegava aos 477 seguidores e o perfil no Facebook, com mais de 10 mil. A presença da FF nas mídias sociais tem apresentado crescimento consistente em decorrência da publicação regular de conteúdo atraente e informativo.



Guia do Visitante. Folheto informativo sobre o Parque Estadual Carlos Botelho. Criação e editoração eletrônica de um caderno com 20 páginas em formato passaporte com toda informação necessária para o visitante, como estradas de acesso, descritivo das trilhas e indicação de serviços disponíveis na região. A publicação foi uma iniciativa da Unidade de Conservação.



Aves da APA Tejupá. Atualização do arquivo digital publicado em versão digital no site do Guia de Áreas Protegidas para impressão de mil exemplares em maio de 2020. O lançamento oficial se deu no dia 4 de junho com evento realizado pela APA com a presença de convidados que falaram sobre a unidade e sobre a importância desse tipo de publicação para despertar o interesse pela fauna local.



Cartilha da **APA Rio Batalha**, versão digital de um pequeno manual dirigido ao agricultor com informações legais sobre as principais características de uma Área de Preservação Ambiental. A publicação é uma iniciativa da unidade e foi concebida como importante ferramenta de trabalho para intermediar as relações com as comunidades produtoras da região.



Eventos virtuais da Semana do Meio Ambiente 2020

2 de junho

Entrega dos Títulos de Novas Unidades de Conservação (RPPN). I Videojornada da Operação Primatas “Trabalhos para recuperação de muriquis”.

3 de junho

Projeto Piloto de Monitoramento de Grandes Mamíferos da Fundação Florestal. Oficina ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trilha do Itaguaré: Relíquias do Passado.

4 de junho

Reunião do Conselho Gestor e palestra com o tema Avifauna da APA Botucatu.

Lançamento do Caderno de Aves da APA Tejupá.

5 de junho

Lançamento da Cartilha da APA Estadual Rio Batalha - Piratininga. Tarde Científica - Divulgando a Ciência (I) - Primatas da Mata Atlântica.

As abelhas estão em casa cuidando do meio ambiente.

8 de junho

Proteção e Recuperação da Mata Atlântica: Desafios na região das APAs Corumbataí e Piracicaba.

Área de Interesse Turístico da Ilha da Queimada Grande: Desafios & Participação Social.

10 de junho

Cada Macaco no seu Galho. Tarde Científica - Divulgando a Ciência (II) - A Pesca na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una.

Período de Isolamento Social em Razão da Covid-19

A pandemia do Covid-19 significou ao governo, assim como a todos os setores sociais, mudanças de dinâmica, estratégia, prioridades, ferramentas e outros aspectos da rotina institucional.

Conforme informado anteriormente, a Fundação Florestal, felizmente, já havia instituído a ferramenta de videoconferência para realização de reuniões com servidores das diferentes regiões do estado de São Paulo, visando agilidade, economicidade e maior segurança àqueles que deixaram de fazer inúmeros deslocamen-

tos em veículo. Esta experiência foi ampliada e qualificada em função do isolamento social.

Tão logo o isolamento começou, em meados de março, a diretoria executiva da Fundação Florestal definiu nova dinâmica, realizando:

- **REUNIÕES SEMANAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA COM OS GESTORES DAS 102 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO** os gestores das Unidades de Conservação. Essas reuniões permitiram a integração institucional completa, fazendo com que as decisões de diretoria chegassem até a ponta e as situações e demandas das unidades fossem colocadas pelos gestores para seus pares e instâncias superiores. Tal dinâmica garantiu maior eficiência de comunicação, o que contribuiu para o desenvolvimento de todos os trabalhos prioritários realizados durante a pandemia.



Ações estratégicas imediatas em decorrência da pandemia

Também no início do isolamento foram adotadas medidas emergenciais pela diretoria executiva, que incluíram:

- **REVISÃO DE CONTRATOS** terceirizados, em especial os de vigilância. Em atendimento ao decreto do governador, foram revistos e/ou suspensos contratos de serviços terceirizados. O maior contrato, de serviços de vigilância, passou por intenso processo de revisão para adequação técnica e financeira e culminou com a formatação de
- **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE OBRAS** de infraestrutura.
- **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA VISITAÇÃO E DO CONTRATO DE VENDA ONLINE.** A visitação às UCs foi totalmente suspensa em todo o estado, bem como o contrato de venda de ingressos e serviços online. A partir do mês de maio, a Fundação Florestal começou a planejar a reabertura dos parques, sendo que os primeiros

novos editais de licitação, que estão em fase de publicação, para promover as alterações necessárias.

a reabrir foram o Parque Estadual Cantareira e Parque Estadual Jaraguá, na região metropolitana. Foram desenvolvidos protocolos à luz das diretrizes do governo de SP e da Organização Mundial de Saúde e adquiridos materiais e equipamentos para a segurança dos visitantes.

• Definição de **PLANO DE TRABALHO** e novas metas para todos os monitores ambientais das unidades (*leia mais no capítulo seguinte*)



Mensagens divulgadas em cartazes e banners, além de publicações digitais, para a reabertura de algumas Unidades de Conservação com informações sobre segurança e prevenção da Covid-19



Teletrabalho: Entrega de Resultados pelos Monitores

A partir do momento de suspensão da visitação pública, prontamente foi elaborado o Plano de Trabalho, com metas específicas e obrigatórias para os monitores ambientais que atuam no suporte à visitação e à gestão das Unidades de Conservação como um todo. Assim, ainda que a visitação estivesse suspensa, foram elaborados produtos tanto com foco no turismo (a serem implementados tão logo a visitação fosse liberada) quanto com foco em outros programas de gestão das unidades.

Os produtos são inúmeros e, a seguir, apresentamos alguns deles.

GEOESPECIALIZAÇÃO DE ATRATIVOS E TRILHAS

Foi realizado um esforço institucional para consolidar, numa única base de dados, as coordenadas geográficas e traçados de atrativos e trilhas das Unidades de Conservação. Este produto é altamente estratégico para subsidiar as modelagens econômico-financeiras de permissões de uso, autorizações e concessões, além de sua utilidade para gestão de riscos, divulgação e outros.

ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE FISCALIZAÇÃO

Os Planos de fiscalização são a base para as rotinas de fiscalização de guardas-parques, vigilantes e da Polícia Militar Ambiental em todas as unidades e, por isso, foi realizado esforço no sentido de sincronizar a atualização destes planos em todas as UCs. Eles passaram a valer a partir de maio de 2020 e têm duração de um ano, podendo ser ajustados no decorrer do período em função de novas demandas.

Proposição de NOVOS ROTEIROS TURÍSTICOS E/OU ATRATIVOS

Esta ação está relacionada a uma das prioridades da FF, que é o incentivo ao ecoturismo com a maior “abertura” das unidades para o público, maior oferta de oportunidade de negócios sustentáveis baseados no turismo e aproximação entre as UCs e a sociedade por meio dessa agenda positiva. Como resultado, foram criados 130 novos roteiros, que serão disponibilizados gradativamente aos visitantes na medida da retomada das atividades após o período de isolamento social.

Elaboração de PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS PARA OS NOVOS ATRATIVOS

O Plano de Gerenciamento de Riscos e Contingências é ferramenta fundamental para a gestão de trilhas e atrativos e, por isso, foram elaborados 130 planos simultaneamente ao desenho dos novos roteiros. Todos os monitores foram devidamente capacitados e receberam suporte para desenvolvimento deste documento técnico.

Além dessas entregas obrigatórias, cada gestor definiu metas específicas para a Unidade de Conservação sob sua gestão, com base nas demandas locais, ou seja, advindas da dinâmica existente entre a unidade e a sociedade que com ela se relaciona. A sociedade se relaciona de diversas maneiras com as UCs, ora exercendo pressão negativa através de atividades impactantes ou até mesmo ilegais, ora de maneira positiva, apoiando as unidades a desenvolver ações para a conservação ambiental ou, ainda, de maneira simbiótica, quando determinada atividade visa gerar benefícios sociais e econômicos, além de ambientais.

As metas de cada Unidade de Conservação foram validadas pelas respectivas gerências, diretorias e diretoria executiva. Seguem alguns exemplos das entregas dos monitores.

USO PÚBLICO / TURISMO

Planos emergenciais de uso público (instrumento necessário para a abertura de atrativos onde a visitação estava proibida, passando a ser permitida)

Planos de comunicação individuais de unidade (incluindo elaboração de conteúdo de placas de sinalização, de material de comunicação digital tais como folhetos, banners e vídeos ambientais)

Portfólios e listas de oportunidades para doadores (visando prospectar patrocinadores e doadores por meio do programa de parcerias com a iniciativa privada)

Prospecção de parceiros

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Materiais para palestras e de comunicação sobre incêndios florestais

Reuniões virtuais de conselhos gestores (garantindo a manutenção da periodicidade normal dessa ferramenta de participação social)

Bancos de imagem atualizados e organizados

Palestras de educação ambiental para ensino a distância (EAD) para públicos diversos

Palestras para EAD visando à formação de monitores ambientais autônomos

Atividade de educação ambiental preparada sobre conservação, mudanças climáticas e saúde humana, vinculada a ODS

Vídeos com imagens captadas por drone para monitoramento e divulgação

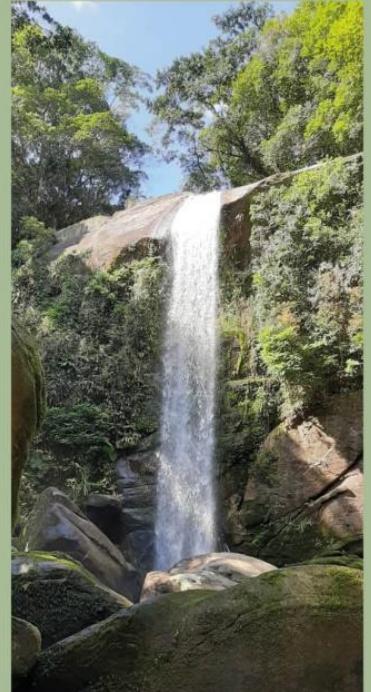
Programas audiovisuais divulgados nas redes sociais

Cartilha de educação ambiental

Minuta de Guia de Micro-Orquídea



Novo roteiro da Cachoeira do Guarajá, Núcleo Itutinga-Pilões, Parque Estadual Serra do Mar



PROTEÇÃO

Mapeamento preventivo de áreas com maior incidência de incêndios e de rotas de acesso

Mapeamento de árvores mortas com risco de queda

Acompanhamento de cadastro de ocupações irregulares, de demolições executadas e de bloqueio de acesso a áreas reintegradas

Georreferenciamento de flora exótica invasora

Georreferenciamento de pontos de atropelamento de fauna

Dados e resultados de fiscalizações organizados e consolidados

GESTÃO ORGANIZACIONAL

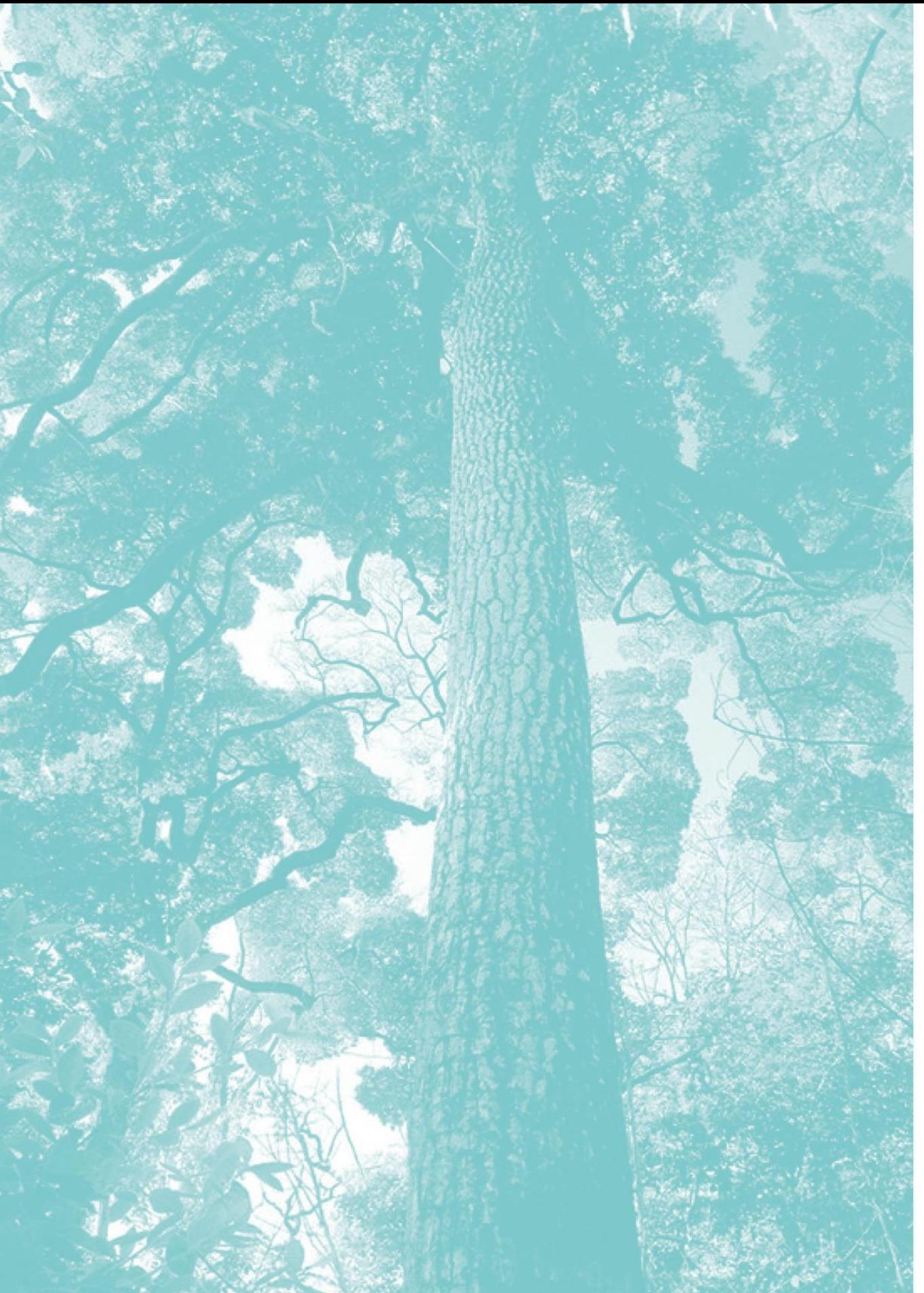
Manual do Voluntário (visando melhor estruturar programa de voluntariado)

PESQUISA

Bancos de dados sobre pesquisas em andamento e seus resultados

Proposta de pesquisa com abelhas nativas





A pandemia causada pelo coronavírus impactou o mundo e, também, as Unidades de Conservação. Com a crise, as áreas protegidas ficarão ainda mais ameaçadas. O aumento da desigualdade social e da pobreza deve ocasionar aumento da demanda pelo uso direto dos recursos naturais e de atividades ilegais, por exemplo, de ocupação irregular em áreas naturais, de caça e de extração ilegal de espécimes da flora.

De outro lado, a importância das UCs será ainda maior, já que são berços de vida, como pôde ser visto no decorrer desse relatório. Além dos serviços ambientais citados, as áreas naturais protegidas evitam a disseminação de doenças e têm sido consideradas estratégicas para manter o equilíbrio ambiental que pode evitar novas epidemias e pandemias.

Após um período de isolamento e confinamento prolongado as pessoas irão (e já começaram) buscar os espaços naturais preservados para se reconectarem com a natureza. Migração de centros urbanos para zonas rurais e costeiras e para onde há Unidades de Conservação já são uma realidade. Ainda, o lazer e a contemplação nas unidades certamente terão um papel importante para ressignificar nossas vidas diante dos sacrifícios impostos pela pandemia.

Preservar e valorizar as UCs torna-se, assim, mais importante ainda e com maior significado, não só para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos como também para nós, humanos, de forma mais direta.

O trabalho da Fundação Florestal - SIMA, neste contexto, ganha extraordinária importância para o interesse da coletividade das presentes e futuras gerações. Este trabalho se complementa e ganha força com as parcerias, cada vez mais presentes, e com o apoio da sociedade às políticas de conservação da natureza.

Fundação Florestal - 2020

Gerd Sparovek
Presidente

Rodrigo Levkovicz
Diretor Executivo

Assessoria Jurídica
Antonio Simeão Ramos
Assessoria de Planejamento e Acompanhamento
Joana Fava Alves Cardoso
Assessoria de Monitoramento Alexandre Marques Oliveira
Assessoria de Criação de UCs Rodrigo A. B. Moraes Victor
Assessoria de Comunicação Nino Dastre
Projetos Digitais Ingrid Dara
Assessoria Técnica de Educação Ambiental Adriana Neves da Silva
Assessoria de Licenciamento Karina de Toledo Bernardo
Assessoria DE Elizabeth Silva
Núcleo de Planos de Manejo Fernanda Lemes de Santana
Núcleo de Regularização Fundiária Tatiana Vieira Bressan
Núcleo de Negócios e Parcerias Para a Sustentabilidade Tânia Oliva de Freitas Macea
Setor de Uso Público Maria Estela M. Cardoso Duva
Auditoria Interna Érika J M Pereira Faccin Casari
UEP - BID Alberto Cavalcanti de Figueiredo Neto
Conexão Mata Atlântica Claudette Hahn
Programa RPPNs Ana Xavier

Diretoria Administrativa e Financeira

RDS Barra do Una
Vanessa Cordeiro
RDS Despraiado
Nanci Cortazzo Mendes
Galuzio
Gerência Financeira
Isaías José de Oliveira Filho
Gerência Administrativa
Marcia Antico Garcia
Gerência de RH
Plínio Lourenço Peixoto
Assessoria DAF
Daniela Oliveira
Licitações e Compras
Elisabeth Sutter
Engenharia e Infraestrutura
Olívia Leopardi
Contratos
Dilvana Barboza da Silva

Diretoria Litoral Sul, Vale do Ribeira e Alto Paranapanema

Diretor
Danilo Angelucci de Amorim
Assessoria Administrativa de Diretoria Adjunta
Lucimara Zanetti
Gerência do Vale do Ribeira e Litoral Sul
Edson Montilha de Oliveira
APA Ilha Comprida
Marco Aurélio Oliveira
APA Marinha do Litoral Sul
Letícia Quito*
ARIE Zona Vida Silvestre
Ilha Comprida
Marco Aurélio Oliveira*
ARIE do Guará
Letícia Quito*
Estação Ecológica Chauás
Rosane Costa Silva Maciel
Estação Ecológica Juréia-Itatins
Aráu Fernandes Antunes Caetano
Parque Estadual Itinguçu
Otto Hartung
Parque Estadual Prelado Juliana Costa Coelho

RDS Barreiro Anhemas /
RDS dos Quilombos da Barra do Turvo
Wagner Gomes Portilho*
RDS de Lavras /
RDS dos Pinheirinhos
Airton Vieira*
Parque Estadual Nascentes do Paranapanema
Thiago Borges Conforti *

Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira - Petar
Juliana Conrado

RDS Ilhas do Abrigo e Guaratama
Manoel Messias dos Santos
Parque Estadual Campina do Encantado
Marcia Santana de Lima Gonçalves
Parque Estadual Lagamar de Cananéia
Mário José Nunes de Souza
Parque Estadual Ilha do Cardoso
Edison Rodrigues do Nascimento

Diretoria Litoral Norte, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Mantiqueira

Diretor

Diego Hernandes Rodrigues

Laranja

Assessoria Administrativa de Diretoria Adjunta

Manoela Araújo Silva

Rodriguez Garcia

Gerência do Litoral Norte

Leandro de Oliveira Caetano

APA Marinha do Litoral Norte

Márcio José dos Santos

Arie de São Sebastião

Daniel Raimundo e Silva

Parque Estadual Ilha Anchieta

Priscila Saviolo Moreira

PESM - Núcleo Caraguatatuba

Miguel Nema Neto

PESM - Núcleo Picinguaba

Cláudia Camila F. Oliveira

PESM - Núcleo São Sebastião

Leo Ramos Malagoli

PESM - Núcleo Padre Dória

Ana Lúcia Aparecida de Moraes Wuo

Marina Pier do Saco da Ribeira

Carlos Roberto Paiva da Silva

Parque Estadual de Ilhabela

Maria Inez Moura Fazzini

Biondi

Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira - Petar

Juliana Conrado

RDS Barreiro Anhemas /

RDS dos Quilombos da Barra do Turvo

Wagner Gomes Portilho*

RDS de Lavras /

RDS dos Pinheirinhos

Airton Vieira*

Parque Estadual Nascentes do Paranapanema

Thiago Borges Conforti *

Gerência do Vale do Paraíba e Mantiqueira

Aparecida Pereira Descio

APA Campos do Jordão

Diego Lustre Gonçalves *

APA Silveiras

Izabel Cristina Machado

APA Estadual do Banhado

Dirceu Antonio Previdelli Jr

APA São Francisco Xavier

Renato Farinazzo Lorza

APA Sapucaí-Mirim

Diego Lustre Gonçalves *

ARIE Pedra Branca

Neide Horn

Estação Ecológica Bananal

Thiago José Filete Nogueira

Mona da Pedra do Baú

Thiago Rocha Miranda

Parque Estadual Campos do Jordão

Diego Lustre Gonçalves

Parque Estadual Mananciais de Campos do Jordão

Thiago Rocha Miranda *

PESM - Núcleo Cunha

Luane Reni Mattos Fenille

PESM - Núcleo Santa Virgínia

João Paulo Vilani

Gerência da Baixada Santista

Lafaiete Alarcon da Silva

APA Marinha Litoral Centro

Maria de Carvalho Tereza Lanza

Parque Estadual Marinho

Laje de Santos

José Edmilson de A. Melo Júnior

Parque Estadual Xixóvá-Japuí

Marisa Goulart

PESM - Núcleo Curucutu

Marcelo José Gonçalves

PESM - Núcleo Itariri

Joaquim do Marco Neto

PESM - Núcleo Itutinga-Pilões

Patrícia Cristiane Camargo Rodrigues

PESM - Núcleo Caminhos do Mar

Nilton de Oliveira Peres

Parque Estadual Restinga de Bertioga

Eduardo Ferreira dos Santos Souza

PESM - Núcleo Bertioga

Francisco de Assis Honda

Diretoria Metropolitana e Interior

Diretora

Lucila Manzatti

Assessoria Administrativa de Diretoria Adjunta

Débora Fantato

Gerência Interior - Oeste

Nelson Antonio Gallo

APA CBT - Botucatu

Mário Sérgio Rodrigues

APA CBT - Tejupá

Elisa Maria do Amaral

APA Rio Batalha

Cláudia Anastácio Macedo Reis

Estação Ecológica Bauru

José Paulo Braga Sampaio

Estação Ecológica Caetetus

Patrícia Barbosa Fazano

Parque Estadual Aguapeí

Natália Poiani Henriques

Parque Estadual Morro do Diabo

Ériqui Marqueti Inazaki

Parque Estadual Rio do Peixe

Jeferson Bolzan

RVS Aimorés

Nelson Antonio Gallo

Arie Leopoldo Magno Coutinho

Nelson Antonio Gallo

Estação Ecológica

Paulo de Faria

Alírio Fábio

Gerência Metropolitana

Josenei Gabriel Cará *

APA Ambiental Serra do Itapeti

Lucila Manzatti

APA Cabreúva

Cleide de Oliveira

Parque Estadual Floresta Estadual de Guarulhos Jorge Moreira de Mello

Gerência Interior - Centro Norte

Carlos Eduardo Beduschi

Apa Barreiro Rico

João Marcelo Elias *

APA CBT Corumbataí

Luiz Sertório Teixeira

APA Ibitinga

Pamela Thais G. Guandalini

APA Morro de São Bento

Alessandra Célia Pinezzi *

APA Tanquá - Rio Piracicaba

Antônio Álvaro Buso Júnior *

Estação Ecológica Barreiro Rico

João Marcelo Elias

Estação Ecológica de Ibicatu

Antonio Álvaro Buso Júnior

Estação Ecológica de Jataí

Gabriel Henrique Sant'ana Pereira

Estação Ecológica de Ribeirão Preto

Alessandra Célia Pinezzi

Estação Ecológica Mata do Jacaré

Eduardo Goulardins Neto

Floresta Estadual

Edmundo Navarro de Andrade

Rodrigo César Finardi

Campanha

Parque Estadual

Furnas do Bom Jesus

Arthur Andrade Garcia

Parque Estadual Porto Ferreira

Sônia Aparecida de Souza

Parque Estadual Vassununga

Fábricio Pinheiro da Cunha

Parque Estadual Águas da Prata

Simone Clélia de Freitas

APA Piracicaba e Juqueri Mirim

- Área I

Luiz Sertório Teixeira *

* acumulando



A impressão desse caderno foi integralmente financiada por pessoas e instituições particulares, no âmbito do Programa Adote Um Parque.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Essa publicação foi produzida pela Assessoria de Comunicação da Fundação Florestal em parceria com a Assessoria de Planejamento e Acompanhamento sob a coordenação da Diretoria Executiva e contou com a colaboração de todas as áreas da instituição.

Coordenação de conteúdo: Joana Fava Cardoso Alves
Projeto gráfico: Nino Dastre

São Paulo, julho de 2020

João Doria
Governador do Estado de São Paulo

Marcos Penido
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Eduardo Trani
Subsecretário de Meio Ambiente

Gerd Sparovek
Presidente da Fundação Florestal

Rodrigo Levkovicz
Diretor Executivo da Fundação Florestal

Essa é uma publicação da
Fundação Florestal,
instituição vinculada à
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
do Estado de São Paulo
Brasil

Julho 2020